



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviARIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODoviARIA FEDERAL –
ESPIRITO SANTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL –
ESPIRITO SANTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Fábio de Rodrigues da Silva
Superintendente Regional

Vitória, 31/03/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão

IN – Instrução Normativa

DN – Decisão Normativa

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria-Geral da União

Port. – Portaria

UJ – Unidade Jurisdicionada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
A- CONTEÚDO GERAL.....	11
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	12
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	12
2.1 Responsabilidades institucionais:.....	12
2.1.1 Competência.....	12
2.1.2 Objetivos estratégicos.....	13
2.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	14
2.2.1 Análise do mapa / plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.....	14
2.2.2 Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.....	14
2.3 Programas sob a responsabilidade da unidade:.....	14
2.3.1 Relação dos programas e suas principais ações.....	14
2.3.1.1 Dados Gerais do Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal.....	15
2.3.1.1.1 Dados Gerais da Ação 1835 – Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação.....	15
2.3.1.1.1.1 Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:.....	15
a) Principais Resultados:.....	16
b) Principais Problemas:.....	16
c) Contratações e Parcerias:.....	16
d) Transferências:.....	17
2.3.1.1.2 Dados Gerais da Ação 200G – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.....	17
2.3.1.1.2.1 Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:.....	17
a) Principais Resultados:.....	18
b) Principais Problemas:.....	18
c) Contratações e Parcerias:.....	18
d) Transferências:.....	18
2.3.1.1.3 Dados Gerais da Ação 8698 – Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação.....	19
2.3.1.1.3.1 Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:.....	19
a) Principais Resultados:.....	19
b) Principais Problemas:.....	20
c) Contratações e Parcerias:.....	20
d) Transferências:.....	21
2.3.1.1.4 Dados Gerais da Ação 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.....	21
2.3.1.1.4.1 Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:.....	21
a) Principais Resultados:.....	21
b) Principais Problemas:.....	22
c) Contratações e Parcerias:.....	23
d) Transferências:.....	23
2.3.1.2 Dados Gerais do Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais.....	23
2.3.1.2.1 Dados Gerais da Ação 8703 – Atividade Correicional.....	23
2.3.1.2.1.1 Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:.....	24
a) Principais Resultados:.....	25
b) Principais Problemas:.....	25
c) Contratações e Parcerias:.....	25
d) Transferências:.....	25
2.3.1.2.2 Dados Gerais da Ação 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais.....	25
2.3.1.2.2.1 Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:.....	25
a) Principais Resultados:.....	26
b) Principais Problemas:.....	26
c) Contratações e Parcerias:.....	26
d) Transferências:.....	27
2.3.1.2.3 Dados Gerais da Ação 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal.....	27
2.3.1.2.3.1 Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:.....	28
a) Principais Resultados:.....	28
b) Principais Problemas:.....	30
c) Contratações e Parcerias:.....	30

d) Transferências:	30
2.3.1.2.4 Dados Gerais da Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais.....	30
2.3.1.2.4.1 Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:.....	30
a) Principais Resultados:.....	31
b) Principais Problemas:.....	32
c) Contratações e Parcerias:.....	32
d) Transferências:	32
2.3.1.2.5 Dados Gerais da Ação 2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal.....	32
2.3.1.2.5.1 Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:.....	33
a) Principais Resultados:.....	33
b) Principais Problemas:.....	33
c) Contratações e Parcerias:.....	33
d) Transferências:	33
2.3.1.2.6 Dados Gerais da Ação 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais.....	33
2.3.1.2.6.1 Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:.....	34
a) Principais Resultados:.....	34
b) Principais Problemas:.....	36
c) Contratações e Parcerias:.....	36
d) Transferências:	36
2.3.1.2.7 Dados Gerais da Ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.....	36
2.3.1.2.7.1 Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:.....	37
a) Principais Resultados:.....	39
b) Principais Problemas:.....	40
c) Contratações e Parcerias:.....	40
d) Transferências:	40
2.3.1.2.8 Dados Gerais da Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública.....	40
2.3.1.2.8.1 Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:.....	40
a) Principais Resultados:.....	41
b) Principais Problemas:.....	41
c) Contratações e Parcerias:.....	41
d) Transferências:	41
2.3.1.2.8 Dados Gerais da Ação 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal.....	41
2.3.1.2.8.1 Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:.....	41
a) Principais Resultados:.....	42
b) Principais Problemas:.....	42
c) Contratações e Parcerias:.....	42
d) Transferências:	42
2.3.1.2.9 Dados Gerais da Ação 2C78 – Acompanhamento Psicossocial de Servidores do DPRF.....	42
2.3.1.2.9.1 Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:.....	42
a) Principais Resultados:.....	43
b) Principais Problemas:.....	43
c) Contratações e Parcerias:.....	43
d) Transferências:	43
2.3.1.3 Dados Gerais do Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	43
2.3.1.3.1 Dados Gerais da Ação 2003 – Ações de Informática.....	44
2.3.1.3.1.1. Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:.....	44
a) Principais Resultados:.....	44
b) Principais Problemas:.....	44
c) Contratações e Parcerias:.....	44
d) Transferências:	45
2.3.1.3.2 Dados Gerais da Ação 2000 – Administração da Unidade.....	45
2.3.1.3.2.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	45
a) Principais Resultados:.....	46
b) Principais Problemas:.....	47
c) Contratações e Parcerias:.....	48
d) Transferências:	48
2.3.2 Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações.....	48
2.3.3 Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.....	49

2.4 Desempenho Operacional.....	52
2.4.1.1 Evolução das receitas e despesas.....	52
2.5 Programação Orçamentária.....	53
2.5.1 Execução Orçamentária.....	53
2.5.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação.....	53
2.5.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	54
2.5.1.3 Evolução de Gastos Gerais.....	54
2.5.1.4 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	55
2.5.1.5 Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ :.....	55
2.5.2 Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	56
2.5.2.1 Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	56
2.5.2.2 Análise Crítica da execução orçamentárias por programa de governo:.....	56
2.5.3 Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ.....	60
2.5.3.1 Análise Crítica da Execução Física das ações realizadas pela UJ:.....	60
2.6 Indicadores Institucionais:.....	60
3. RECURSOS HUMANOS.....	61
3.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos.....	61
3.1.1. Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.....	61
3.2 Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009.....	62
3.3 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	62
3.4 Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos.....	63
4. PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO DE 2009.....	65
4.1 Análise Crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios :.....	65
5. TRANSFERÊNCIAS.....	66
6. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	66
6.1 Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	66
6.2 Relatório de cumprimento das deliberações do TCU.....	66
7. INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007.....	66
7.1 Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	66
8. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA - SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008.....	66
B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	67
1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL.....	67

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado de forma a conter elementos e demonstrativos que evidenciem a boa e regular aplicação dos recursos públicos, de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa TCU 57, de 27 de agosto de 2008 e na Decisão Normativa TCU nº 100, de 7 de outubro de 2009, não se aplicando à natureza jurídica desta UJ, os itens 4, 7, 8, 9 e 10 da letra A, os itens 2, 3 e 4 da letra B e a letra C do Anexo II, da citada Decisão.

As metas físicas e financeiras programadas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo voltados a Segurança Pública nas Rodovias Federais, ao Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e ao Apoio Administrativo, durante o exercício de 2009, estão delineados no presente relatório, de forma a informar o impacto alcançado em função das ações e programas desempenhados, contemplando os graus de eficácia, efetividade e produtividade perseguidos pela Unidade, cujos resultados obtidos demonstram os indicadores de desempenho e subsidiam a tomada de decisões no concernente a gestão dos próximos exercícios.

Diante das responsabilidades institucionais da , tem-se que as rodovias federais representam fator estratégico na aplicação dos programas nacionais de desenvolvimentos social e econômico, pois representam o elo de integração nacional. A Polícia Rodoviária Federal, pela sua capilaridade (presente em todo o país) é o contato direto e identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis a economia e a sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública, dado o alto índice de despesas governamentais com as vítimas, ocasionados pelos danos irreparáveis causados às vítimas com a conseqüente interferência na vida familiar, pelos prejuízos ocasionados à população economicamente ativa, pelas perdas de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem tais prejuízos, que contabilizam, indubitavelmente, milhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, a resultante será sempre a diminuição dos gastos da Previdência Social, por meio do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte, que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar assistência e orientação de forma que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização dirigidos a população. Nesse aspecto, é urgente o fortalecimento constante da Polícia Rodoviária Federal para o enfrentamento da violência no trânsito brasileiro.

Atualmente verifica-se o incremento da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" do país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de aproximadamente 90% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário, segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte – CNT. Portanto, é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá nas rodovias federais. Fica evidente também que

os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros.

A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de um local para outro, por todo o país, inclusive, por meio das rodovias que interligam os países vizinhos ao Brasil.

A organização teórica e prática do transporte para dinamizar o crime, embora possa estar instalada em portos e aeroportos, certamente se utiliza das rodovias federais para alcançar suas vítimas, visto que a criminalidade não se sustenta ativa somente nesses locais, expandindo-se no seio da sociedade.

O simples aumento da ação de repressão à criminalidade nos locais de sua ocorrência não representa uma efetiva qualidade do Estado na prestação de serviço público voltado ao monopólio da violência, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite a vitimização dos membros da sociedade pelos fatores supracitados, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana de cada pessoa, em virtude do embate entre polícias e criminosos, pois a medida que aquela se reforça simplesmente para evitar a ocorrência do ilícito penal, a criminalidade se fortalece de forma exponencial para implementar novas formas de práticas delituosas.

Neste sentido, as ações voltadas para o combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois a medida que é realizada a luta contra o crime em determinada localidade, os marginais migram para outro ponto onde poderão perpetrar as condutas tipificadas como crimes.

Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o ilícito penal e evitar que os criminosos possam transitar livremente pelas variadas regiões do país em busca do local mais apropriado para a implantação de atividades não toleradas pela sociedade.

Se por um lado o Estado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro a grave situação da segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores, os elementos de integração e de iniciativas que demandem o deslocamento de bens e pessoas pelas vias nacionais, devido a simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e de insuficiente proteção, estímulo esse que tem sido monitorado e medido para demonstrar a realização das metas propostas pela Unidade, mas que somente apresentará números adequados quando houver investimentos suficientes em recursos materiais e, principalmente, humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes estará distribuída em inúmeras localidades. Criminosos de diversas origens podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável a sua atuação, colocando a população sob permanente ameaça de uma ação criminosa.

Outro fator a ser considerado, se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, em que os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito de produtos, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como: evasão fiscal e de divisas, transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, trabalho escravo, exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), tráfico de pessoas, transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o impacto econômico e o custo de vida.

Outros fatores identificados na situação social do país e no campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos pela reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade, onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais, trazendo inúmeros prejuízos à circulação, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado, caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas, queda de barreiras e leitos de rodovias.

Destaca-se, ainda, o fator importantíssimo na conformação da segurança pública, que é representada pelas condições do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação desse programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão, proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva, aliada à necessária repressão ao crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública, mas é almejada a real segurança, proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço à criminalidade, aliada às ações de inteligência policial, com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de Segurança Pública e da sociedade em geral, tendo em vista que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos, inevitavelmente, estarão combinados com infrações nas áreas atinentes a polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão em âmbito federal capaz de reduzir os índices registrados em termos de segurança pública nas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3.500 municípios em todo o Brasil, bem como presta serviço direto, identificado e ininterrupto a sociedade, durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui auto sustentabilidade do órgão, garantida pelos serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Ao longo de 2009, o DPRF desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, por meio de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF (banco de dados que integra todos os Detrans do país) em 2007, pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país. Quem não paga, não licencia o veículo.

No Estado do Espírito Santo, a Polícia Rodoviária Federal atua na fiscalização e policiamento de 764,7 quilômetros de rodovias. No ano de 2009, ocorreram 6.746 acidentes na circunscrição da Unidade, resultando num total de 3.668 feridos e 221 mortes, que representam, em paralelo aos números do ano de 2008, aumentos da ordem de 5,74% em relação ao quantitativo de acidentes, de 5,22% em comparação ao número de feridos e de 6,25% quando equiparado às mortes.

Apesar do aumento substancial da frota, esses números ainda são reflexo da precária situação da malha rodoviária, da imprudência dos condutores e do insuficiente número de policiais rodoviários federais para exercer as diversas missões atribuídas à função, já que as causas mais frequentes para a ocorrência de acidentes são o excesso de velocidade, as ultrapassagens em locais proibidos e realizadas de forma indevida, a não manutenção da distância regulamentar e a embriaguez ao volante.

Na tentativa de minorar esses números, a Polícia Rodoviária Federal conta com 222 policiais federais em solo espírito-santense, cujo trabalho resultou em 42.876 autos de infrações, 1292 CNH's recolhidas e 4.896 veículos retidos, de um total de 128.317 fiscalizados.

No combate à criminalidade, podemos ressaltar a apreensão de 20.004 gramas de cocaína, 34.860 gramas de crack, 5 gramas de haxixe e 586.714 gramas de maconha, bem como apreensão de 69 armas, 686 munições e 70 documentos falsos.

Ainda no combate a criminalidade, foram recuperados 119 veículos, detidas 1.282 pessoas por tráfico de entorpecentes, roubo ou furto de veículos e cargas, contrabando, descaminho, crimes de trânsito e ambientais e 28 menores infratores.

A melhoria na prestação dos serviços da Unidade está condicionada a adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e de sua Sede. Por isso, no exercício de 2009, foram envidados esforços no sentido de contratar projetos visando a construção de um novo edifício sede, bem como a execução de reformas e ampliações dos espaços físicos existentes, adequando os postos de fiscalização às necessidades do administrado, na busca de uma prestação de serviços que atenda os anseios da população e possibilite acesso aos portadores de necessidades especiais, bem como contribua para o desenvolvimento das atividades finalística e meio da Unidade, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens às novas demandas da área de Segurança Pública e suas adequações a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ e ao Programa Nacional de Direitos Humanos.

Com o objetivo de alcançar os resultados definidos nos programas e ações governamentais, a Unidade pretende cumprir suas atribuições com mais eficiência, buscando sempre resguardar a segurança pública, tendo como metas reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, combater a criminalidade, melhorar a sensação de segurança e contribuir para o bem estar da sociedade.

A- Conteúdo Geral

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal / MJ		Código SIORG: 000704	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Espírito Santo			
Denominação abreviada: 12ª SRPRF/ES			
Código SIORG: Não se Aplica	Código LOA: Não se Aplica	Código SIAFI: 200126	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Segurança Pública, Policiamento e Fiscalização			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:	(27)3212-6900	(27)3212-6912	(27)3212-6906
Endereço eletrônico: sup.es@dprf.gov.br ; saf.es@dprf.gov.br			
Página da Internet: www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 2.214, Bento Ferreira, Vitória-ES, CEP 29050-626.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Competência definida pela Constituição Federal (art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento interno instituído pela Portaria nº 1.375 de 02 de agosto de 2007, publicado no Diário Oficial de União nº 150 de 06 de agosto de 2007.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200126	12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Espírito Santo		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200126	12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Espírito Santo		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se Aplica			

2. Gestão Orçamentária

2.1. Responsabilidades institucionais:

2.1.1. Competência

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pelo art.144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado de Justiça, publicada no Diário Oficial da União em 06 de agosto de 2007, bem como pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, que estipula as seguintes atribuições:

- Realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;
- Exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- Aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;
- Executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- Realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- Credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;
- Assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;
- Executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;
- Efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na [Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- Colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

2.1.2. Objetivos estratégicos

As principais realizações da gestão administrativa no exercício de 2009 estiveram voltadas a supressão das deficiências relacionadas a fiscalização e gestão contratuais, regularização documental e adequação dos imóveis que ocupa, com contratações de projeto para construção de edifício sede e de execuções de obras de reformas dos postos de fiscalização, além da realização de licitações para aquisições de materiais permanentes e de consumo para funcionamento e manutenção da Unidade, buscando sempre alcançar os planejamentos estratégicos e orçamentários.

Concernente a fiscalização e gestão contratuais, ficou demonstrado que essas necessitavam de especial atenção quanto a descentralização, capacitação dos servidores e padronização de procedimentos, tudo com o objetivo de dar uma correta aplicação aos recursos orçamentários, de forma que os princípios da legalidade e eficiência pudessem prevalecer nos atos praticados pela Administração da Unidade.

Dessa forma, foram instaurados 08 (oito) processos para apurações de descumprimentos contratuais durante o exercício de 2009. Das apurações concluídas na vigência do período relatoriado, resultaram aplicações de multas no valor de R\$ 45.797,24 (quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e sete centavos), 03 (três) suspensões do direito de contratar com a Administração Pública, sendo uma por cinco anos e duas por vinte e quatro meses.

Além dos procedimentos administrativos instaurados, a Procuradoria da União, na defesa dos interesses da União, representando esta Unidade, procololizou ação judicial que recebeu o nº 2009.50.01.015702-4, que tratou de Consignação em Pagamento em face da ADCOL Serviços Gerais Ltda, contratada que prestava serviços de limpeza e perpetrou vários descumprimentos contratuais, que culminaram na rescisão contratual unilateral por parte da Administração e o depósito judicial dos valores residuais devidos a mesma, após os descontos das glosas e multas aplicadas.

Como fatores que contribuíram para o atingimento do resultado citado, pode-se citar a capacitação dos servidores na fiscalização de contratos realizada por curso ministrado pela UnB, bem como a padronização no recebimento de notas fiscais, elaboração de relatórios e dossiês, seguidas da normatização levada a cabo pela Instrução de Serviço nº 05, de 28 de agosto de 2009, exarada pela Unidade.

Abstraídos os destaques suscitados aos contratos de terceirização, de longe aqueles que demandam uma maior disponibilidade de servidores e tempo, os contratos de telefonia fixa e móvel mereceram atenção especial, tendo em vista os números alcançados e os resultados obtidos.

Destaque merecido foi a economia alcançada no ano de 2009, após a adoção de medidas implacáveis de economia, com a edição de instruções de serviço. A redução de gastos é tarefa árdua, tendo em vista a crescente demanda na prestação dos serviços atinentes à Unidade, bem como o decurso de tempo necessário a implantação gradual das normas, com a conseqüente absorção cultural pelos servidores, cujo resultado obtido decretou uma redução substancial de 42,97% nos gastos com telefonia durante o exercício de 2009 em comparação ao ano de 2008.

Os planos e projetos para o exercício seguinte estão voltados a atender a demanda por Sistemas Operacionais e de Gestão, assegurada por meio da aquisição de equipamentos de processamento de dados e atualização tecnológica de computadores, servidores e sistemas, a contratação da execução da construção do edifício sede, decorrente do recebimento do projeto contratado no exercício anterior e a total execução orçamentária dos empenhos destinados às reformas das bases operacionais.

Ressalta-se que ao longo do exercício foram desenvolvidas atividades de alcance social, comprometidas com a garantia da cidadania, da acessibilidade aos serviços públicos pelos portadores de necessidades especiais, da segurança pública, consubstanciada na preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de processo permanente de gestão pública, motivado pela prática da responsabilidade e desenvolvimento de ações sociais.

Não obstante os trabalhos desenvolvidos no decorrer do exercício de 2009, é de conhecimento notório as limitações estruturais e financeiras impostas a Unidade pelo Governo Central. Há necessidade de um maior efetivo, bem como a aplicação de novos e modernos sistemas e equipamentos, fundamentais na redução dos alarmantes índices de acidentes e no combate ao crescimento da criminalidade nas rodovias federais.

2.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1. Análise do mapa / plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

O planejamento estratégico da Unidade Jurisdicionada está atrelado as decisões exaradas pelo Órgão Central, responsável pelas tomadas de resoluções políticas e econômicas quanto as opções de direção, atuação e mudanças de prioridades organizacionais ao longo do exercício, decorrentes de riscos e ameaças ao desempenho da estratégia de atuação.

2.2.2. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

A principal decisão de atuação da Unidade Jurisdicionada tem sido a adequação de suas instalações físicas aos conceitos e normatizações atualizados, com a construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.

Tal estratégia de atuação pode ser desenvolvida pela Unidade, pois os recursos destinados a tais investimentos têm sido destacados no orçamento por meio de concessões de emendas parlamentares.

Contudo, a falta de pessoal especializado nas áreas de planejamento estratégico e de atividades técnicas no quadro de servidores do DPRF, agravada pelo reduzido número de policiais e servidores administrativos, acaba por comprometer a atuação estratégica e influenciar nas decisões do Órgão Central como coordenador das decisões da Unidade.

2.3. Programas sob a responsabilidade da unidade:

2.3.1. Relação dos programas e suas principais ações

Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Principais Ações do Programa

- 1835 - Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação.
- 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.
- 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação.
- 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.

Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

Principais Ações do Programa

- 8703 – Atividade Correicional
- 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais
- 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal
- 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais
- 2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal
- 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais
- 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
- 86A1 – Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal
- 4641 – Publicidade de Utilidade Pública
- 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal
- 2C78 – Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF

Programa 0750 - Apoio Administrativo

Principais Ações do Programa

- 2003 – Ações de Informática
- 2000 – Administração da Unidade

2.3.1.1. Dados Gerais do Programa: 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça
Objetivos Específicos	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente do programa	Hélio Cardoso Derenne
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Fábio Rodrigues da Silva
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público-alvo (beneficiários)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

2.3.1.1.1. Dados Gerais da Ação: 1835 Implantação dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras

	(estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Unidades executoras	SAF / 12ª SRPRF/ES

2.3.1.1.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

I- Natureza de Despesa: 44.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes.

II- Valores empenhados: R\$ 40.337,70.

III- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 670,00.

Os avanços alcançados com a instalação dos materiais adquiridos proporcionaram um efetivo controle das ligações telefônicas realizadas pelo novo sistema VOIP, com a geração de senhas para cada servidor e a conseqüente redução das despesas decorrentes da utilização do referido sistema, bem como propiciaram uma melhoria na transmissão da informação, tendo em vista a modernização apresentada pelos equipamentos adquiridos, que foram aplicados em sistemas já implantados.

Considerando o produto da ação, previsto na LOA 2009 para o Órgão Central (DPRF/MJ), que é a implantação de sistemas, a meta relativa ao sistema citado foi alcançada, mesmo porque os recursos financeiros aplicados na execução da ação foram relativamente reduzidos pelo custo-benefício auferido e pela utilização de mão de obra do próprio Departamento.

Do recurso previsto para ser aplicado em âmbito nacional, esta Unidade Jurisdicionada realizou aproximadamente 2,37% do montante alocado para a ação.

b) Principais Problemas:

A implantação de qualquer sistema é gradativa e apresenta necessidade de ajustes, tendo em vista a interface a ser promovida com o ambiente já instalado. Logo, alguns problemas foram detectados principalmente no que pertence a velocidade dos sistemas de transmissão de dados que precisa ser ampliada, bem como das instalações físicas onde se encontra instalada a Unidade, que limita e restringe a adequada utilização do sistema implantado.

Relativamente ao aumento da capacidade de transmissão das informações, o responsável é a Unidade Orçamentária a qual está ligada a Unidade Jurisdicionada, por meio da Divisão competente. A adequação das instalações físicas já está sendo providenciada por meio da contratação de projetos para construção de edifício sede.

c) Contratações e Parcerias:

Materiais e equipamentos adquiridos:

- NE 900432 - 1 servidor – R\$ 2.450,00;
- NE 900196 - 1 wattímetro – R\$ 2.550,00;

- NE 900431 – 3 placas E1, 66 telefones IP, 02 adaptadores para telefone analógico – R\$ 15.773,70;
- NE 900310 – 08 rádios transceptor VHF - banda baixa – R\$ 16.480,00;
- NE 900312 – 3 estações repetidoras, tipo UHF/ FM – R\$ 2.154,00;
- NE 900311 – 1 frequencímetro de bancada – R\$ 260,00;
- NE900433 – 2 aparelhos *no break* – 1400VA – R\$ 670,00.

As aquisições de servidor, placas E1, telefones IP, adaptadores e aparelhos *no break* foram importantes pois possibilitaram a implantação de sistema de telefonia controlado por meio de senhas cadastradas individualmente para cada servidor, visando proporcionar uma redução nas despesas dos contratos de telefonia fixa e móvel, com tarifas diferenciadas para ligações DDD entre as Unidades do Departamento e desvios de ligações com rotas para ligações via celular, ativação de serviços de emergência e anti-trote, viabilizando a ação para alcançar sua finalidade.

Da mesma forma ocorre com a aquisição de rádios, repetidoras e aparelhos de medição para análise de equipamentos de transmissão de informações via rádio, pois ferramentas fundamentais na comunicação entre as equipes de policiamento que compõem a estrutura operacional da Unidade, dando celeridade ao atendimento da demanda durante o serviço, otimizando os trabalhos de fiscalização, socorro de vítimas de acidentes, comandos e operações de combate à criminalidade, entre outras atividades de competência institucional, cujo cumprimento dessas atribuições depende, necessariamente, do funcionamento adequado dos equipamentos de radiocomunicação, os quais possibilitam o rápido repasse das informações.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para o atingimento do objetivo do programa.

2.3.1.1.2. Dados Gerais da Ação: 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Unidades executoras	SAF / 12ª SRPRF/ES

2.3.1.1.2.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

I- Natureza de Despesa: 44.90.51 – Obras e Instalações

II- Valores empenhados: R\$ 457.755,59

III- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 457.755,59

A execução no exercício refere-se ao Contrato Administrativo nº 036/2009 que tem como objeto a contratação de empresa especializada para elaboração de projetos básicos e executivos de edificação com aproximadamente 10.100 m² englobando as seguintes etapas: serviços preliminares, estudos preliminares/anteprojeto, projeto básico e projeto executivo completo, orçamentos, maquetes, memoriais descritivos, especificações técnicas e cronograma de execução das obras necessários a construção do novo edifício da Sede da 12ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/ES, no imóvel medindo 8.190,76 m², situado na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 2214 – Bento Ferreira, cidade de Vitória, Espírito Santo, na forma e de acordo com as especificações contidas nos Anexos do Edital de Tomada de Preços nº 01/2009.

Todos os valores encontram-se inscritos em Restos a Pagar, tendo em vista que a publicação do contrato que ocorreu na data de 30 de dezembro de 2009, com vigência prevista para o período de 29/12/2009 a 29/10/2010.

Do recurso previsto para ser aplicado em âmbito nacional, esta Unidade Jurisdicionada realizou aproximadamente 228,88% do montante alocado para a ação.

b) Principais Problemas:

Eventuais insucessos, erros de avaliação e de conduta só poderão ser avaliados no exercício de 2010, durante o período de vigência da contratação.

c) Contratações e Parcerias:

É de vital importância a contratação de projeto para construção de edifício sede para a Unidade, de maneira a alcançar os resultados e viabilizar a ação, tendo em vista que atualmente as dependências físicas por ela ocupadas não atendem ao Programa Nacional de Direitos Humanos e não possuem condições para desenvolvimento de suas atividades laborativas, de forma a suprir as novas demandas da sociedade em Segurança Pública e gerar condições favoráveis a melhor representatividade do Estado, principalmente após o acréscimo substancial das atividades administrativas e operacionais demandada pelo aumento na prestação de serviços aos administrados que frequentam as dependências da Unidade, pois o local onde está instalada a parte administrativa está distribuída em duas casas de dois pavimentos, antigas residências dos funcionários do Instituto DNER, acrescidas de alguns galpões, que foram adaptados para funcionamento e acomodação de alguns núcleos, bem como, armazenamento de materiais e documentos, impróprios para tal fim.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para o atingimento do objetivo do programa.

2.3.1.1.3. Dados Gerais da Ação: 8698- Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias e multas.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Unidades executoras	SAF / 12ª SRPRF/ES

2.3.1.1.3.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

I.1- Natureza de Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo

I.2- Valores empenhados: R\$ 8.923,00

I.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 10,00

A execução refere-se a:

- Aquisição de material de consumo de telecomunicações para manutenção de rádios no valor de R\$ 8.913,00;
- Contratação de fornecimento de peças para manutenção de telecomunicação no valor inicial de R\$ 10,00.

II.1- Natureza de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

II.2- Valores empenhados: R\$ 313.269,84

II.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 59.283,93

A execução refere-se a:

- Contratação de serviços de transmissão de dados - *Frame-Relay* – no valor de R\$ 64.649,91;
- Contratação de serviços de transmissão de dados - MPLS – no valor de R\$ 129.124,98;
- Contratação de serviços de transmissão de dados para aparelho móvel - EDA – no valor de R\$ 14.543,54;
- Contratação de serviços de transmissão de dados - VPN – no valor de R\$ 12.596,22;
- Contratação de serviços de telefonia fixa no valor de R\$ 77.942,29;
- Contratação de serviços de telefonia móvel no valor de R\$ 14.402,90;
- Contratação de serviços de manutenção para rede de telecomunicações no valor inicial de R\$ 10,00.

III.1- Natureza de Despesa: 44.90.52 – Material Permanente

III.2- Valores empenhados: R\$ 28.691,00

III.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 28.691,00.

A execução refere-se a:

- Aquisição de 20 microcomputadores no valor de R\$ 22.000,00;
- Aquisição de 02 impressoras matricial no valor de R\$ 6.691,00.

Levando em consideração o produto da ação, tem-se o atingimento de suas finalidades com a contratação da manutenção do sistema de comunicação via rádio, a contratação e manutenção das redes dos sistemas de dados e telefonia, bem como a modernização dos equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação da Unidade a fim de proporcionar o acesso contínuo aos serviços públicos entregues a sociedade.

Do recurso previsto para ser aplicado em âmbito nacional, esta Unidade Jurisdicionada realizou aproximadamente 2,01% do montante alocado para a ação.

b) Principais Problemas:

Os insucessos decorrentes da implementação da ação decorrem da falta de previsão legal para provimento de cargos para o quadro de servidores do DPRF, visando exercerem atividades específicas da área de telecomunicações e informática, o que acaba por prejudicar o desenvolvimento de novos projetos, uma modernização mais dinâmica e um funcionamento mais efetivo.

c) Contratações e Parcerias:

A contratação de fornecimento de peças e manutenção para rede de telecomunicações é de considerada relevância, tendo em vista que a comunicação via rádio entre as equipes de policiamento que compõem a estrutura operacional da Unidade, dão celeridade ao atendimento da demanda, otimizando os trabalhos de fiscalização, socorro de vítimas de acidentes, comandos e operações de combate à criminalidade, entre outras atividades de competência institucional, cujo cumprimento dessas atribuições depende, necessariamente, do funcionamento adequado dos equipamentos de radiocomunicação, os quais possibilitam o rápido repasse das informações.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para o atingimento do objetivo do programa.

2.3.1.1.4. Dados Gerais da Ação: 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Unidades executoras	SAF / 12ª SRPRF/ES

2.3.1.1.4.1 Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

I.1- Natureza de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

I.2- Valores empenhados: R\$ 139.599,71.

I.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 139.599,71.

A execução no exercício refere-se ao:

- Contrato Administrativo nº 038/2009, no valor de R\$ 87.483,24, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia, visando a realização de serviços de reforma, adaptação e ampliação, a serem executados na Unidade Operacional da 1ª Delegacia – Viana-ES, da 12ª SRPRF/ES, no posto de fiscalização, situado na rodovia BR 262, KM 15, Viana – ES, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra, na forma e de acordo com as especificações contidas nos Anexos do Edital de Tomada de Preços nº 02/2009.
- 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2008, no valor de R\$ 25.888,81, que tem por objeto o acréscimo de 26,16% sobre o valor do contrato, decorrente da Tomada de Preços nº 001/2008.

- 1º Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 002/2008, no valor de R\$ 26.227,66, que tem por objeto o acréscimo de 33,47% sobre o valor do contrato, decorrente da Tomada de Preços 001/2008.

II.1- Natureza de Despesa: 44.90.51 – Obras e Instalações

II.2- Valores empenhados: 558.171,17.

II.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 558.171,17.

A execução no exercício refere-se ao:

- Contrato Administrativo nº 039/2009, no valor de R\$ 260.629,13, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia, visando a execução de serviços de reforma, adaptação e ampliação, a serem executados na Unidade Operacional da 2ª Delegacia – Serra-ES, da 12ª SRPRF/ES, no posto de fiscalização, situado na rodovia BR 101, KM 251, Serra – ES, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra, na forma e de acordo com as especificações contidas nos Anexos do Edital de Tomada de Preços nº 02/2009.
- Contrato Administrativo nº 040/2009, no valor de R\$ 297.542,04, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia, visando a execução de serviços de reforma, adaptação e ampliação, a serem executados na Unidade Operacional da 4ª Delegacia – Linhares - ES, da 12ª SRPRF/ES, no posto de fiscalização, situado na rodovia BR 101, KM 151, Linhares – ES, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra, na forma e de acordo com as especificações contidas nos Anexos do Edital de Tomada de Preços nº 02/2009.

Do recurso previsto para ser aplicado em âmbito nacional, esta Unidade Jurisdicionada realizou aproximadamente 2,78% do montante alocado para a ação.

b) Principais Problemas:

Eventuais insucessos na contratação de serviços de engenharia para reforma, adaptação e ampliação ocorrem no recebimento dos projetos, tendo em vista que a Unidade não possui em seu quadro de servidores, cargos ou funções ocupadas por profissionais habilitados para exercerem as atividades inerentes ao objeto contratado.

Na prática, também, revela-se impossível que o projeto básico consiga prever todas as nuances do objeto contratado com margem de acerto próxima de zero, pois alterações de escopo de projeto de ordem técnica são necessárias e até esperadas, principalmente no que pertine a reformas e adaptações de estruturas prediais antigas e ultrapassadas.

Diante disso e com o transcorrer das execuções contratuais, apurou-se a necessidade de aditar os Contratos Administrativos nº 001 e 002/2009, providência adotada para o atingimento da meta buscada.

Com relação aos Contratos Administrativos nº 038, 039 e 040/2009, eventuais insucessos, erros de avaliação e de conduta só poderão ser avaliados no exercício de 2010, durante o período de vigência da contratação.

c) Contratações e Parcerias:

As contratações realizadas no exercício são importantes para viabilizar a ação e alcançar os resultados esperados, tendo em vista que as instalações físicas, nas quais a Unidade desenvolve suas atividades de Estado, tratam-se de instalações antigas cujas infra-estruturas foram repassadas pelo extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, o que exige empenho da Unidade em adequar as edificações às normatizações e conceitos atualizados em segurança ergonômica e de inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de portadores de necessidades especiais, visando atender as novas demandas em Segurança Pública nas Rodovias Federais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado, conforme a finalidade da ação.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para o atingimento do objetivo do programa.

2.3.1.2. Dados Gerais da Ação: 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça
Objetivos Específicos	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente do programa	Hélio Cardoso Derenne
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Fábio Rodrigues da Silva
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
Público-alvo (beneficiários)	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

2.3.1.2.1. Dados Gerais da Ação: 8703 – Atividade Correicional

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	CIDENOR GUERRA
Unidades executoras	Corregedoria Regional / 12ª SRPRF/ES

2.3.1.2.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

I.1- Natureza de Despesa: 33.90.14 – Diárias

I.2- Valores empenhados: R\$ 9.464,01.

II.1- Natureza de Despesa: 33.90.33 – Passagem aérea

II.2- Valores empenhados: R\$ 1.097,00.

I- Macro-objetivo 1: Ocorrências Geradoras – Variação em relação ao acumulado 2008 – redução de 8%.

II- Macro-Objetivo 2:

a) Processamento – Redução de 31%

b) Melhora recursos materiais e humanos – Equipamentos: Logística: 50% do índice ideal; Espaço Físico: 42,86% do índice ideal; Recursos Humanos: 88,89% do índice ideal.

III- Macro-objetivo 3 – Diminuição de Processos Pendentes – Redução de 18,03% (61 processos em dez/08 para 50 em dez/09).

IV- Macro-objetivo 4 – Aproveitamento do Banco de Talentos – aproveitamento de 61,29%.

Dados Gerais:

I- Percentual de Processos arquivados por falta de objeto (sem instauração): 59,74%

II- Percentual de encerrados **sem punição** por total de encerrados: 23,38%

III- Percentual de encerrados **com punição** por total de encerrados: 10,39%

IV- Absoluções, punições e prescrições: 9 Absoluções; 6 advertências; 0 suspensão; 0 demissões; 0 cassação de aposentadoria; 0 nota de culpa; 0 penalidade prescrita

V- Índice de autuações por servidor: 0,19

VI- Processos Pendentes por servidor: 0,2

VII- Status dos Processos (mês de referência: dezembro 2009):

Em diligências preliminares: 13 (26%)

Em análise: 11 (22%)

Aguardando instauração: 8 (16%)

Em andamento (instrução em comissões): 14 (28%)

Aguardando julgamento: 4 (8%)

VIII- Classificação dos processos (por origem/fato gerador)

Servidor X Servidor: 4 (8,70%)

Servidor X Patrimônio: 6 (13,04%)

Servidor X Desempenho: 2 (4,35%)

Servidor X Usuário: 17 (39,96%)

IX- Gastos de Recursos (2009)

Custo por Processo: R\$ 118,56 (118,55% de execução)

Do recurso previsto para ser aplicado em âmbito nacional, esta Unidade Jurisdicionada realizou aproximadamente 0,70% do montante alocado para a ação.

b) Principais Problemas:

As metas referentes ao Macro-objetivo 1 (Ocorrências Geradoras) e Macro-objetivo 3 (Diminuição de Processos Pendentes), apesar das reduções, não foram alcançadas.

Necessidade de melhoria em relação a meta referente ao Macro-Objetivo 2 (Melhora recursos materiais e humanos: Logística, Espaço Físico e Recursos Humanos), tendo em vista que os índices existentes estão aquém dos índices estabelecidos como ideias.

c) Contratações e Parcerias:

Não foram realizadas contratações e parcerias para a realização da ação.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para o atingimento do objetivo da ação.

2.3.1.2.2. Dados Gerais da Ação: 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	Lejandre Monteiro
Unidades executoras	SRH / 12ª SRPRF/ES

2.3.1.2.2.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

I.1- Natureza de Despesa: 33.90.14 – Diárias

I.2- Valores empenhados: R\$ 409,53.

Foram realizados quatro Comandos de Saúde nas rodovias durante o ano de 2009. As datas e os quantitativos de pessoas atendidas foram:

- 18/03/2009 – Comando de Saúde realizado no Posto da PRF em Viana, rodovia BR 262, Km 15, com atendimento a 151 condutores;

- 30/06/2009 – Comando de Saúde realizado no Posto da PRF em Linhares, rodovia BR 101, Km 150 com atendimento a 251 condutores;
- 17/09/2009 – Comando de Saúde realizado no Posto de Combustível Jaracatiá, rodovia BR 101, Km 374, com atendimento a 239 condutores;
- 01/12/2009 – Comando de Saúde realizado no Posto da PRF em Serra, rodovia BR 101, Km 251, com atendimento a 56 condutores.

II.1- Natureza de Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo

II.2- Valores empenhados: R\$ 8.951,20.

II.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 1.578,50

Para realizar esses quatro eventos a Unidade adquiriu fitas de glicemia, colesterolemia e trigliceris.

Do recurso previsto para ser aplicado em âmbito nacional, esta Unidade Jurisdicionada realizou aproximadamente 1,56% do montante alocado para a ação.

b) Principais Problemas:

Eventuais insucessos decorrem de circunstâncias enfrentadas pela equipe organizadora do comando, com relação a encontrar parcerias que possam financiar as necessidades dos comandos de saúde, uma vez que a Unidade e o SEST/SENAT, principal parceiro, possuem restrição orçamentária para o pagamento dessas despesas.

Dentre as necessidades logísticas para a realização do comando destacam-se: aluguel de toldos, mesas e cadeiras, transportes das equipes, pagamentos de refeições para os voluntários, aquisições de materiais de consumo como fitas para o aparelho Acutrend necessárias às medições de colesterol, glicemia e triglicemia, caixas para depósito de materiais hospitalares descartáveis perfuro-cortantes, pilhas, álcool, gazes, lancetas e lancetadores, luvas, máscaras, canetas, dentre outros.

Outra dificuldade ao atingimento da finalidade da ação nos comandos de saúde preventivos, visando ao levamento de dados sobre o uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos, decorrem do não voluntarismo de profissionais ligados as áreas de enfermagem, educação física e especialistas como médicos, nutricionistas, dentistas e fisioterapeutas, bem como a falta de previsão orçamentária para treinamentos desses profissionais, nos quais os voluntários deveriam tomar ciência sobre as características, objetivos e finalidades dos comandos de saúde nas rodovias, bem como a distribuição das equipes e os conhecimentos básicos necessários para atuação em cada área do comando.

c) Contratações e Parcerias:

Como a Unidade e o parceiro SEST/SENAT não possuem condições para patrocinar as atividades dos comandos de saúde, houve a necessidade de se estabelecer novas parcerias com empresas, sindicatos, entidades e outros órgãos.

Entre os parceiros mais presentes nos comandos de saúde durante o ano de 2009 e suas participações, podem ser citados:

- SAMU – voluntários;
- SAMP – voluntários e brindes para os condutores;
- ETESES – voluntários;

- Faculdade Estácio de Sá - voluntários e empréstimo de alguns equipamentos;
- Viação Águia Branca – transporte de equipes;
- Vix - transporte de equipes;
- Sindiloc – transporte de equipes;
- IQT – mídia e almoço/ lanches;
- CIVA – mídia e almoço /lanches;
- DETRAN/ES – voluntários / aluguel de toldos, mesas e cadeiras;
- Clínica Santa Cruz – empréstimo de equipamentos;
- Sindirochas - lanche para os participantes do evento, almoço das equipes/ aluguel de toldos, mesas e cadeiras;
- Sincor – lanche para os participantes do evento, almoço das equipes/ aluguel de toldos, mesas e cadeiras;
- Transcares - lanche para os participantes do evento, almoço das equipes/ aluguel de toldos, mesas e cadeiras;
- Vitória Diesel - lanche para os participantes do evento, almoço das equipes/ aluguel de toldos, mesas e cadeiras;
- Linhares Diesel - lanche para os participantes do evento, almoço das equipes/ aluguel de toldos, mesas e cadeiras;
- Transportadora Julio Simões - lanche para os participantes do evento, almoço das equipes/ aluguel de toldos, mesas e cadeiras;
- Cimentos Nassau - lanche para os participantes do evento, almoço das equipes/ aluguel de toldos, mesas e cadeiras;
- Secretarias de Saúde Viana, Serra, Linhares, Iconha – equipes, vacinação e material diversos.

Importante ressaltar que os parceiros elencados não contribuíram em todos os comandos de saúde, mas estiveram presentes ao longo do ano de 2009 e participaram, dentro de suas possibilidades, com as necessidades do comando, sempre de forma a dividir as responsabilidades.

Destaca-se que os comandos de saúde não geraram transferências de recursos para os parceiros, pois as contratações tidas como necessárias, eram realizadas pelos parceiros e entregues no local do comando de saúde pela contratada, sem que a Unidade realizasse quaisquer levantamentos de valores, contatos ou negociações entre a contratante e a contratada. A Unidade realizava, tão somente, a solicitação em conjunto com a equipe do SEST/SENAT e explicava as necessidades do atendimento, como quantitativo, local em que deveria ser realizado o serviço, horário, tempo de permanência no evento, dentre outros.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para o atingimento do objetivo da ação.

2.3.1.2.3. Dados Gerais da Ação: 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal,

	habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	Ricardo de Oliveira Betat
Unidades executoras	SRH / 12ª SRPRF/ES

2.3.1.2.3.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

I.1- Natureza de Despesa: 33.90.14 – Diárias

I.2- Valores empenhados: R\$ 32.913,79

II.1- Natureza de Despesa: 33.90.33 – Passagem aérea

II.2- Valores empenhados: R\$ 9.538,48

II.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 2.663,10

O ano de 2009 apresentou resultados positivos na área de capacitação da Unidade. Foram realizados diversos cursos por meio do DPRF, convênios e alguns até a título gratuito.

EVENTO	PROMOÇÃO	SERVIDORES CAPACITADOS	CUSTO
I SEMINÁRIO DE SCHUTZHUND	CANIL YBOTYRAMA – ME	1	ZERO
ATENDIMENTO A ACIDENTES E EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS	IBAMA	2	ZERO
USO LEGAL E PROGRESSIVO DA FORÇA, ARMAMENTO E TIRO	12ª SRPRF/ES	176	5498,12
PAD – FORMAÇÃO PARA MEMBROS DE	ESAF	8	ZERO

COMISSÕES			
MULTIPLICADORES EM SEGURANÇA POLICIAL PARA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTES	DPRF	2	Pelo DPRF
BÁSICO DE PROCEDIMENTOS DE INTELIGÊNCIA	DPRF	1	Pelo DPRF
PILOTO DE FORMAÇÃO DE MOTOCICLISTA SOCORRISTA SAMU	DPRF	1	Pelo DPRF
PALESTRA SOBRE LAVRATURA DE TERMO CIRCUNSTANCIADO	12ª SRPRF/ES	28	851,22
GESTÃO DE CONTRATOS	12ª SRPRF/ES	34	Parceria Cespe/UnB
TPCC – TÉCNICAS POLICIAIS DE COMBATE AO CRIME	DPRF	2	Pelo DPRF
WORKSHOP “POLICIAMENTO EM CAMPO E TESTES PARA AVALIAÇÃO DE MOTORISTAS SOB EFEITO DE ÁLCOOL E/OU OUTRAS DROGAS” E NO SEMINÁRIO: “ÁLCOOL E DROGAS O GRANDE DESAFIO SEGURANÇA NO TRÂNSITO”.	DPRF	2	Pelo DPRF
CURSO DE TÁTICAS EM AÇÕES DE MOTOPATRULHAMENTO/ CTAM/2009	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	2	ZERO
ATUALIZAÇÃO TÉCNICA PARA GESTORES	DPRF	3	Pelo DPRF
GRUPO FOCAL PARA CONSTRUÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL	DPRF	1	Pelo DPRF
REDAÇÃO OFICIAL COM ÊNFASE NAS NOVAS REGRAS ORTOGRÁFICAS	12ª SRPRF/ES	27	Parceria Cespe/UnB
AVANÇADO DE LEVANTAMENTO DO LOCAL DE ACIDENTES	DPRF	2	pelo DPRF
SEMINÁRIO SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL DA CRIANÇAS E DO ADOLESCENTE	DPRF, FENAPRF, SINPRF e 12ª SRPRF/ES	36	pelo DPRF, FENAPR
OPERADOR DE RADAR FOTOGRÁFICO	12ª SRPRF/ES	1	289,46
IN COMPANY “CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE COOPERAÇÃO E OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DELES DECORRENTES”	DPRF	1	pelo DPRF
CURSO DE ATUALIZAÇÃO TÉCNICA PARA GESTORES – 2ª TURMA	DPRF	2	pelo DPRF
ESTÁGIO DE APLICAÇÕES TÁTICAS/EAT	DPRF	2	pelo DPRF
PALESTRA “ASPECTOS, PROCEDIMENTOS E ENCAMINHAMENTOS NOS DELITOS DE TRÂNSITO”	12ª SRPRF/ES	33	378,32
MÓDULO IV - CURSO DE ACIDENTES DE	12ª SRPRF/ES	131	pelo DPRF

TRÂNSITO – AVALIAÇÃO DE DANOS E MONTA			
---------------------------------------	--	--	--

Do recurso previsto para ser aplicado em âmbito nacional, esta Unidade Jurisdicionada realizou aproximadamente 2,98% do montante alocado para a ação.

b) Principais Problemas:

Eventuais insucessos na promoção de eventos de capacitação decorrem dos seguintes fatores:

- Escassez de verba orçamentária;
- Falta de instrutores atualizados em disciplinas essenciais à atividade fim da Unidade;
- Inexistência de local adequado (sala de aula, sala de apoio, banheiro, bebedouro) para a realização dos cursos;
- Inexistência de logística suficiente (local para atividades práticas, estande de tiro);
- Inexistência de verba orçamentária para lanches durante o evento;
- Dificuldades em encontrar servidores interessados em ministrar cursos ou palestras devido ao não pagamento de hora-aula.
- Inexistência de qualquer vantagem para servidores que atuam como instrutores, multiplicadores ou monitores.

A área de capacitação da Unidade sofre com três problemas crônicos, que se repetem ano a ano:

- Falta de recursos orçamentários;
- Inexistência de benefícios aos servidores que se dispõem a ministrar cursos;
- Ausência de local adequado para treinamentos.

c) Contratações e Parcerias:

Durante o ano de 2009 foi firmado convênio entre a FUB/Cespe/UnB e a Unidade Central (DPRF) para a realização de cursos, o que beneficiou esta Unidade Jurisdicionada. Também foram realizadas parcerias com a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo e o IBAMA.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para o atingimento do objetivo da ação.

2.3.1.2.4. Dados Gerais da Ação: 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do

	cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIA
Unidades executoras	SRH / 12ª SRPRF/ES

2.3.1.4.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

I.1- Natureza de Despesa: 33.90.14 – Diárias

I.2- Valores empenhados: R\$ 1.884,17

RESULTADO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA TRÂNSITO			
EVENTOS	QUANTIDADE	PESSOAS ATINGIDAS	HORAS DEDICADAS
Palestras	32	3802	120
Comandos Educativos	5	4828	40
Pré – Projetos (Amiguinhos da Rodovia) – 08 Escolas abrangidas – em 02 turnos	18	536	96

EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO			
EVENTOS	2007	2008	2009
AÇÕES	43	36	55
PESSOAS ATINGIDAS	9891	6442	9166

Os números obtidos em 2007 incluem pessoas atingidas direta e indiretamente. A partir de 2008 optou-se por computar apenas as pessoas atingidas diretamente.

Observa-se que os Comandos Educativos representam a ação que requer a menor dedicação de tempo e, em contrapartida, proporciona o maior número de pessoas atingidas.

Neste ano, dedicou-se menos tempo aos Comandos Educativos e isso refletiu diretamente nos números alcançados. Isso explica porque, em 2009, apesar do aumento no número de ações em relação a 2008, não obteve-se a mesma proporção no número de pessoas atingidas.

Se houvesse preocupação exclusiva com os números, possivelmente os resultados seriam outros. Entretanto, o que se busca é o atingimento de metas com qualidade, o que importa dizer que os resultados foram excelentes.

Cabe destacar que o tempo dedicado ao pré-projeto foi importante, tendo em vista o potencial da ação. Apesar do público pequeno, muitas das pessoas envolvidas no pré-projeto são educadores que compraram a idéia da educação para o trânsito e a semeará aos seus alunos. Soma-se a isso o fato de ser uma ação que não se conclui com seu término, pois deixa na escola os insumos necessários ao cultivo diário da educação para o trânsito.

Do recurso previsto para ser aplicado em âmbito nacional, esta Unidade Jurisdicionada realizou aproximadamente 0,94% do montante alocado para a ação.

b) Principais Problemas:

A falta de efetivo e as pluriatividades dos servidores que compõem a Comissão para implementação da ação, continua representando dificuldades para o alcance de melhor desempenho na busca de resultados mais satisfatórios.

Cabe ao DPRF junto ao Ministério da Justiça e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão implementarem as providências para realizar concursos para servidores administrativos e policiais rodoviários federais.

c) Contratações e Parcerias:

Em 2009, a Comissão Regional de Educação para o Trânsito / 12ª SRPRF/ES ocupou grande parte do tempo com ações do pré-projeto “amiguinhos da Rodovia”, uma parceria da 12ª SRPRF/ES, DETRAN/ES e Secretaria Municipal de Educação de Cariacica.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para o atingimento do objetivo do programa.

2.3.1.2.5. Dados Gerais da Ação: 2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF

Coordenador nacional da ação	LUCIANO DA SILVA FERNANDES
Unidades executoras	SAF / 12ª SRPRF/ES

2.3.1.2.5.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

I- Natureza de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

II- Valores empenhados: R\$ 936,00.

A execução refere-se a contratação de serviços de aferição para medidores de velocidade.

Diante das 45.514 notificações extraídas por excesso de velocidade no exercício de 2009, denota-se que os dois aparelhos estáticos de medição encontram-se em funcionamento, de forma a exercer o efetivo controle dos excessos de velocidade, estando, portanto, alcançada a finalidade da ação.

Do recurso previsto para ser aplicado em âmbito nacional, esta Unidade Jurisdicionada realizou aproximadamente 0,05% do montante alocado para a ação.

b) Principais Problemas:

Não foram detectados eventuais insucessos na execução da ação.

c) Contratações e Parcerias:

Não foram realizadas contratações e parcerias para a realização da ação.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para o atingimento do objetivo da ação.

2.3.1.2.6. Dados Gerais da Ação: 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de

	Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Unidades executoras	SPF / 12ª SRPRF/ES

2.3.1.2.6.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

I.1- Natureza de Despesa: 33.90.14 – Diárias

I.2- Valores empenhados: R\$ 22.186,93

Operações de combate à criminalidade realizadas durante o exercício:

OPERAÇÃO	OBJETIVO	PERÍODO	RESULTADO
NOE NACIONAL	Realizar operação de combate a criminalidade na BR 101 Sul, com foco ao combate à pirataria, jogos de azar e exploração sexual infanto-juvenil	De 20:00h do dia 30/01/2009 a 02:00h do dia 31/01/2009	Em todos os pontos foram realizadas buscas no interior dos caminhões parados e identificados os seus ocupantes, sendo que não foram encontrados menores em situação de risco
SIGA BEM	Compor equipe da DCC/DPRF que cumprirá Mandados de Buscas e Prisões na região do Triângulo Mineiro	11/02/2009 a 15/02/2009	As equipes cumpriu missões em locais diferentes, conforme determinação do comando da Operação e todos os presos e materiais apreendidos foram entregues na Delegacia de Polícia Civil de Itumbiara/GO
DIVISA NORTE	Implementar ações de repressão a criminalidade e na fiscalização ao transporte de passageiros e cargas	02/03/2009 a 06/03/2009	Pessoas Detidas: 09 Armas Apreendidas: 01 Munições Apreendidas: 06
Equipe NOE	Implementar ações de repressão a criminalidade na cidade de Linhares	25 a 26/03/2009	Notificações: 10 Veículo Apreendido: 01
Equipe NOE	Apoiar a Delegacia de Viana numa ocorrência de veículo roubado na BR 262 em Venda Nova do Imigrante	27 a 28/04/2009	Pessoas Detidas: 06 Armas Apreendidas: 03
NOE NACIONAL	Realizar operações de repressão a criminalidade com foco ao enfretamento à exploração sexual de criança e adolescente	De 16:00h de 16/05/2009 a 02:00h de 17/05/2009	Veículos Abordados: 60 Pessoas Detidas: 01 Veículos Recuperados: 02 Notificações: 10
Equipe NOE	Implementar ações de combate ao narcotráfico na BR 262	08/07/2009 a 09/07/2009	Foram abordados diversos veículos durante a operação.
DIVISA SUL	Implementar ações de repressão à criminalidade na BR 101 Sul, divisa do Estado do Espírito Santo com Rio de Janeiro	10/08/2009 a 14/08/2009	Veículos Abordados: 80 Veículos Apreendidos: 02 (Busca e Apreensão) Notificações Extraídas: 20

			PESSOAS DETIDAS: 01 Veículo Recuperado: 01
Equipe NOE	Implementar ações de combate ao narcotráfico na BR 101 Norte	05/08/09	10 Notificações
Equipe NOE	Implementar ações de combate ao narcotráfico na BR 262	20/08/09	Veículos Abordados: 42 Veículos Apreendidos: 01 Notificações: 06 Pessoas Detidas: 04 Cocaína: 07 papalotes
Equipe NOE	Necessidade de implementar ações de combate ao crime, bem como a fiscalização ao transporte de passageiros na BR 262	28/09/2009 a 29/09/2009	Veículos Abordados: 28 Notificações: 05
Equipe NOE	Necessidade de interceptar um veículo que está sendo monitorado pelo Núcleo de Inteligência.	11/11/2009 a 12/11/2009	Os policiais se posicionaram em pontos estratégicos na espera do referido veículo.
SINIVEM	Abordar e proceder a fiscalização minuciosa nos veículos informados pelo SINIVEM, no intuito de combater a criminalidade de roubo/furto de veículos nas rodovias federais do Rio de Janeiro	26/10/2009 a 31/10/2009	Abordar os veículos alarmados pelo sistema Sinivem (agendados por ocorrência policial ou registro de roubo/furto)
Equipe NOE	Necessidade de implementar ações de combate ao crime na BR 262.	04/12/2009 a 05/12/2009	Veículos Abordados: 72 Pessoas Detidas: 02 Mídias DVD/CD : 2300. Notificações: 30.
Equipe NOE	Necessidade de implementar ações de combate ao crime nas BR's 101 e 259	07/12/2009 a 08/12/2009	Notificações: 12
Equipe NOE	Necessidade de apoiar a Delegacia de Linhares na manifestação popular que interdita totalmente o km 165 da BR 101, Linhares/ES	09/12/2009 a 10/12/2009	A equipe deslocou até o local e negociou com os manifestantes
Equipe NOE	Necessidade de implementar ações de combate ao crime na BR 262	17/12/2009 a 18/12/2009	Foram abordados diversos veículos durante a operação
Saturno	Combater o crime realizando barreiras móveis e fixas em trechos estabelecidos na Fronteira Oeste, nas divisas do RJ e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro	11/12/2009 a 31/12/2009	Reforçar o policiamento na região metropolitana

Foram realizadas diversas operações de combate a criminalidade, com repressão voltada a prática de jogos de azar, exploração sexual infanto-juvenil, pirataria, roubo e furto de veículos, narcotráfico, outros tipos de crime, bem como no cumprimento de mandados de buscas e prisões.

Tais operações demonstram o empenho da Regional em implantar as políticas de segurança pública determinadas pelo Governo Federal e alcançar as finalidades da ação.

Do recurso previsto para ser aplicado em âmbito nacional, esta Unidade Jurisdicionada realizou aproximadamente 2,61% do montante alocado para a ação.

b) Principais Problemas:

Não foram evidenciados insucessos ou erros de avaliação na execução da ação.

c) Contratações e Parcerias:

Não foram realizadas contratações e parcerias para a realização da ação.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para o atingimento do objetivo da ação.

2.3.1.2.7. Dados Gerais da Ação: 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	<p>Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotécnia. Aquisição e manutenção de etilômetros.</p> <p>Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Unidades executoras	SPF / 12ª SRPRF/ES

2.3.1.2.7.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

I.1- Natureza de Despesa: 33.90.14 – Diárias

I.2- Valores empenhados: R\$ 353.131,65

II.1- Natureza de Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo

II.2- Valores empenhados: R\$ 704.820,96

II.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 36.895,72

III.1- Natureza de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

III.2- Valores empenhados: R\$ 117.820,96

III.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 6.515,12

A Unidade priorizou a implementação de operações, visando proporcionar uma maior sensação de segurança para a sociedade, para atender a finalidade da ação, conforme a seguinte apresentação de resultados.

Comandos Operacionais realizados em 2009:

COMANDOS	DEL 01	DEL 02	DEL 03	DEL 04	NOE	TOTAL
Policimento e Fiscalização	23	7	17	33	5	85
Criminalidade	10	3	17	8	92	130
Produto Perigoso	18	13	12	8	0	51
Excesso de Peso	8	19	5	1	0	33
Alcoolemia	14	17	14	9	1	55
Viatura Descaracterizada	1	2	1	0	0	4
Ultrapassagem	0	0	11	1	0	12
Educativo	0	2	2	3	0	7
Ronda Dinâmica	0	0	1	0	0	1
TOTAL	74	63	80	63	98	378

Além dos comandos informados, foram realizadas 120 fiscalizações com radares estáticos, cujo resultado apresentou o número de 45.514 notificações por excesso de velocidade.

Operações realizadas durante o exercício com a utilização de recursos financeiros para pagamento de diárias:

OPERAÇÃO	OBJETIVO	DATA	RESULTADO
----------	----------	------	-----------

Equipe de Fiscalização Transporte de Passageiros	Intensificar a fiscalização ao transporte de passageiros durante o período da operação carnaval	19/02/09 a 21/02/09	Reforçar a fiscalização de ônibus nas Rodovias Federais do Estado do Espírito Santo.
Carnaval	Intensificar a fiscalização de trânsito durante o período da Operação Carnaval	20/02/09 a 25/02/09	Acidentes: 122 Feridos: 62 Mortos: 03 Notificações: 3124 Testes Etilômetro: 339 Pessoas Detidas: 33 Veículos recuperados: 02
Pesquisa de Sensação de Segurança	Executar uma pesquisa sobre Percepção de Segurança Rodoviária em Rodovias Federais	19/02/09	Foram entrevistadas 73 pessoas
Escolta Presidencial	Realizar escolta do Excelentíssimo Senhor Presidente da República em visita ao Estado do Espírito Santo	04/03/09 a 06/03/09	Foi realizado batador para comitiva presidencial
Equipe de Fiscalização ao Transporte de Passageiros	Realizar apoio a ANTT na fiscalização ao transporte de passageiros e cargas	11/03/09 a 16/03/09	Veículos Fiscalizados: 55 Notificações: 13
Viagem Legal XI	Implementar reforço de policiamento e fiscalização de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros, bem como reforçar fiscalização de trânsito, estabelecendo foco sobre infrações quanto a utilização de álcool	23/03/09 a 10/04/09	Veículos Fiscalizados: 120 Notificações: 95 Transbordo: 30
Fiscalização de Trânsito	necessidade de implementar ações de fiscalização de trânsito e orientação aos condutores referente ao cadastro do RNTC, que foi prorrogado por 60 dias na BR 262 em Ibatiba.	06/04/09 a 07/04/09	Intensificou a fiscalização ao transporte de cargas
Semana Santa	Apoio a Operação Semana Santa na BR 101 em Linhares	10/04/09 e 12/04/09	Acidentes: 64 Feridos: 33 Mortos: 03 Notificações: 1594 Pessoas Detidas: 22 Teste Etilômetro: 709 Veículos Recuperados: 02
Fiscalização de Trânsito	Necessidade de implementar ações de fiscalização de trânsito na BR 101 em Iconha.	16/04/09 a 17/04/09	Intensificou a fiscalização de trânsito
Transporte de Passageiros e Carga	Necessidade de intensificar a fiscalização no transporte de passageiros juntamente na BR 101 em Cachoeiro de Itapemirim.	30/04/09 a 02/05/09	Veículos Fiscalizados: 40 Veículos Retidos: 03 Notificações: 10
Apoio ao Evento “Todos Contra a Pedofilia”	Apoiar o evento denominado “TODAS CONTRA A PEDOFILIA” na cidade de Cachoeiro de Itapemirim	11/05/09 a 12/05/09	Realizou apoio ao evento
Fiscalização de Trânsito	Implementar ações de fiscalização ao transporte de passageiros e	14/05/09 a 16/05/09	Intensificou a fiscalização ao transporte de cargas

	cargas na cidade de Linhares		
Gralha Azul	Garantir a fluidez e a segurança do trânsito, combater a criminalidade, promover a fiscalização e o atendimento a acidentes de trânsito nas Rodovias Federais do Estado do Paraná	19/05/09 a 27/03/10	Reforçar o policiamento e a fiscalização e o atendimento a acidentes no Estado do Paraná
ANTT	Necessidade de intensificar a fiscalização no transporte de passageiros juntamente com a equipe da ANTT na BR 101 em São Mateus		Intensificou a fiscalização ao transporte de passageiros
Apoio ao Ministério Público do Trabalho	Apoiar o Grupo Especial de Fiscalização Móvel para Erradicação do Trabalho Escravo na região norte do Estado do Espírito Santo	26/08/09 a 06/09/09	Escortar os Auditores na fiscalização de trabalho escravo.
Independência	intensificar a fiscalização de trânsito na Operação Independência.	04/09/10	Acidentes: 73 Feridos: 41 Mortes: 0 Pessoas Detidas: 09 Testes Etilômetro: 311 Notificações: 2215
Nossa Senhora Aparecida	Necessidade intensificar a fiscalização de transporte de passageiro na Operação Nossa Senhora Aparecida	08/10/09 a 10/10/09	Foram abordados diversos veículos durante a operação
Operação de Transporte de Passageiros e Carga	Necessidade intensificar a fiscalização de transporte de passageiro e cargas na BR 101 Sul	19/10/09 a 21/10/09	Foram abordados diversos veículos durante a operação
Finados	intensificar a fiscalização de trânsito na Operação Finados	30/10/09 a 31/10/09	Acidentes: 57 Feridos: 18 Mortes: 02 Pessoas Detidas: 03 Testes Etilômetro: 270 Notificações: 331
Operação com o Corpo de Motociclista Regional	Tendo em vista a necessidade intensificar a fiscalização na BR 262	07/11/09 a 09/11/09	Foram realizadas diversas abordagens durante a operação
Natal	Intensificar a fiscalização de trânsito na Operação Natal	24/12/09	Foram distribuídas várias viaturas ao longo da rodovia

Os resultados obtidos com a realização da operações demonstraram qua a unidade está imbuída em alcançar as metas definidas para a ação.

Do recurso previsto para ser aplicado em âmbito nacional, esta Unidade Jurisdicionada realizou aproximadamente 2,34% do montante alocado para a ação.

b) Principais Problemas:

O principal problema constatado na execução da ação decorreu da redução dos valores repassados pelo Órgão Central, destinados ao atendimento de despesas garantidoras das atividades

finalísticas da Unidade (diárias, combustível, manutenção de viaturas e aquisição e manutenção de equipamentos para policiamento), para que houvesse crédito suficiente para custear o deslocamento, bem como a manutenção (pagamento de diárias) de policiais da Unidade convocados para atuarem no estado do Paraná, por ocasião da retomada de rodovias federais no local.

c) Contratações e Parcerias:

Para viabilizar a ação e o alcance dos resultados foram adquiridos pneus, peças para manutenção de viaturas, combustíveis, materiais de sinalização e kit's para limpeza de armamentos. Foram contratados, também, serviços de manutenção de viatura, taxa de administração para fornecimento de combustível, aferição de etilômetros e recuperação de viaturas acidentadas.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para o atingimento do objetivo da ação.

2.3.1.2.8. Dados Gerais da Ação: 4641 – Publicidade de Utilidade Pública

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	AFRÂNIO ANDRADE
Unidades executoras	NUCOM / 12ª SRPRF/ES

2.3.1.2.8.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

I.1- Natureza de Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo

I.2- Valores empenhados: R\$ 3.036,00

A aquisição de *backdrops* permitiu a unificação da imagem da Instituição quando das divulgações do trabalho efetuado - prisões, apreensões, fiscalizações - permitindo que se atinja, além do efeito direto das ações, um resultado preventivo posterior, oriundo da divulgação e repercussão dos fatos.

Com a utilização da divulgação por meio da mídia gratuita – não havendo, portanto, necessidade de outros dispêndios financeiros do Órgão - as ações ganharam visibilidade para a sociedade, desempenhando papel fundamental e se complementando à execução do planejamento

operacional desta Regional, pois o fator multiplicador das divulgações atinge quantitativo incomparavelmente maior que o público diretamente abordado pelos policiais nas rodovias.

Exemplo dessa atuação é a realização de divulgações na véspera de feriados prolongados, em que o condutor que irá viajar recebe a informação da fiscalização previamente, por meio de jornais impressos, rádio, tv e internet e, com isso, adota postura preventiva e de respeito às leis de trânsito.

Ressalta-se que a ausência de recursos para outras ações pretendidas inviabilizou a extensão dos resultados a outras áreas

Do recurso previsto para ser aplicado em âmbito nacional, esta Unidade Jurisdicionada realizou aproximadamente 1,43% do montante alocado para a ação.

b) Principais Problemas:

A ação não estipula meta e não exige o atingimento de resultado, ficando prejudicada a avaliação de erros e insucessos.

c) Contratações e Parcerias:

As contratações ficaram adstritas a aquisição de *backdrops*.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para o atingimento do objetivo do programa.

2.3.1.2.8. Dados Gerais da Ação: 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Unidades executoras	NUINT / 12ª SRPRF/ES

2.3.1.2.8.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

I.1- Natureza de Despesa: 33.90.14 – Diárias

I.2- Valores empenhados: R\$ 223,38

Atividades de inteligência desenvolvidas no ano de 2009:

- Pedidos de Busca/Informação e apoio :
 - a) Pedidos de Busca/Informação solicitados pela Coordenação de Inteligência – COINT – DPRF: 07 pedidos;
 - b) Pedidos de Busca/Informação solicitados por outros Núcleo de Inteligência ou por outra Divisão do DPRF: 03 pedidos;
 - c) Pedidos de Busca/Informação ou apoio solicitados por outros Núcleos/Delegacias da 12ª SRPRF-ES: 4 pedidos;
 - d) Pedidos de Busca/Informação solicitados por outros Órgãos de Inteligência Federal ou Estadual: 9 pedidos.
- Operações de Inteligência em parceria com outros Órgãos: 3 operações.
- Convênios de cooperação: 1 convênio. Sem ônus para a 12ª SRPRF-ES.
- Recebimento de denúncias de crimes praticados nas rodovias federais (tráfico de drogas, roubo e furto de veículos, cargas e pessoas, prostituição infantil, dentre outras) por telefone, carta ou email: diversas denúncias.

Do recurso previsto para ser aplicado em âmbito nacional, esta Unidade Jurisdicionada realizou aproximadamente 0,04% do montante alocado para a ação.

b) Principais Problemas:

Não foram detectados eventuais insucessos na execução da ação.

c) Contratações e Parcerias:

Não foram realizadas contratações e parcerias para a realização da ação.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para o atingimento do objetivo da ação.

2.3.1.2.9. Dados Gerais da Ação: 2C78 – Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	LEJANDRE MONTEIRO
Unidades executoras	SRH / 12ª SRPRF/ES

2.3.1.2.9.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

I.1- Natureza de Despesa: 33.90.14 – Diárias

I.2- Valores empenhados: R\$ 1.259,18

Foram realizados diversos acompanhamentos psicossociais aos servidores necessitados, atingindo assim o objetivo da ação.

Do recurso previsto para ser aplicado em âmbito nacional, esta Unidade Jurisdicionada realizou aproximadamente 1,49% do montante alocado para a ação.

b) Principais Problemas:

Eventuais insucessos decorrem da falta de profissionais qualificados para a realização da ação. Os responsáveis pelas providências corretivas são os Ministérios da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

c) Contratações e Parcerias:

Foram mantidas parcerias com a GEAP, Hospital da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo e profissionais de outras áreas, que promoveram uma série de palestras para os servidores da Unidade.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para o atingimento do objetivo da ação.

2.3.1.3. Dados Gerais do Programa: 0750 - Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Funcionamento do órgão para a implementação das Políticas Públicas
Objetivos Específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente do programa	Não Existe
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não Existe
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.1.3.1. Dados Gerais da Ação: 2003 – Ações de Informática

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	EDNILSOM BRUNO
Unidades executoras	SAF / 12ª SRPRF/ES

2.3.1.3.1.1 Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

I.1- Natureza de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

I.2- Valores empenhados: R\$ 14.371,44

I.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 2.660,95

II.1- Natureza de Despesa: 44.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes

II.2- Valores empenhados: R\$ 45.900,00

II.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 42.630,00

Ação padronizada, comum a toda a Administração, utilizada para apropriar as despesas não relacionadas às ações orçamentárias específicas, não possuindo índice de mensuração de resultado.

No exercício de 2009, os valores executados foram de R\$ 60.271,44, sendo que R\$ 45.290,95 ficaram inscritos em Restos a Pagar, o que representa aproximadamente 75,14 % dos valores empenhados, pois se referem a saldo de contratos em execução e equipamentos adquiridos próximo ao encerramento do exercício.

Do recurso previsto para ser aplicado pelo Ministério da Justiça, esta Unidade Jurisdicionada realizou aproximadamente 0,17% do montante alocado para a ação.

b) Principais Problemas:

A ação não exige o atingimento de resultado, ficando prejudicada a avaliação de erros e insucessos.

c) Contratações e Parcerias:

Materiais adquiridos:

- NE 900125 – 03 scanners - R\$ 3.270,00;
- NE 900611 – 10 estações de trabalho - R\$ 13.780,00;
- NE 900612 – 05 computadores - R\$ 15.000,00 ;
- NE 900613 – 05 notebooks - R\$ 13.850,00.

Contratações:

- NE 900113 – manutenção de equipamentos de informática - R\$ 7.459,95;
- NE 900404 – locação de equipamentos de impressão - R\$ 6.911,49.

As aquisições e contratações foram importantes para viabilizar a ação, pois contribuíram para a manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Unidade.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para o atingimento do objetivo do programa.

2.3.1.3.2. Dados Gerais da Ação: 2000 – Administração da Unidade

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Unidades executoras	SAF / 12ª SRPRF/ES

2.3.1.3.2.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

I.1- Natureza de Despesa: 31.90.08 – Outros Benefícios Assistenciais

I.2- Valores empenhados: R\$ 7.578,31

A execução refere-se a auxílio funeral de servidor.

II.1- Natureza de Despesa: 33.50.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

II.2- Valores empenhados: R\$ 4.352,37

A execução refere-se a contratação de serviços administrativos para seleção, acompanhamento e cobertura de seguro para estagiários.

III.1- Natureza de Despesa: 33.90.14 – Diárias

III.2- Valores empenhados: R\$ 66.271,00

IV.1- Natureza de Despesa: 33.90.30 – Materiais de Consumo

IV.2- Valores empenhados: R\$ 95.263,50

IV.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 43.545,45

A execução refere-se a:

- Despesas com suprimento de fundos no valor de R\$ 6.509,35;
- Contratação para fornecimento de água mineral no valor de R\$ 19.409,78;
- Aquisição de copos descartáveis no valor de R\$ 4.516,85;
- Contratação para fornecimento de gás no valor de R\$ 1.312,00;
- Aquisição de toner para impressora no valor de R\$ 15.442,85;
- Aquisição de material de expediente no valor de R\$ 20.699,34;
- Aquisição de materiais de manutenção predial no valor R\$ 26.485,33;
- Aquisição de materiais diversos no valor de R\$ 888,00.

V.1- Natureza de Despesa: 33.90.33 – Passagem aérea

V.2- Valores empenhados: R\$ 27.888,94

V.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 2.631,21

VI.1- Natureza de Despesa: 33.90.37 – Locação Mão-de-Obra

VI.2- Valores empenhados: R\$ 905.309,35

VI.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 135.054,04

A execução refere-se a:

- Contratação de serviços de Apoio Administrativo no valor de R\$ 318.068,20;
- Contratação de serviços de limpeza e conservação no valor de R\$ 168.265,11;
- Contratação de serviços de vigilância no valor de R\$ 418.976,04.

VII.1- Natureza de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

VII.2- Valores empenhados: R\$ 324.660,26

VII.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 31.668,18

A execução refere-se a:

- Despesas com suprimento de fundos no valor de R\$ 1.907,74;
- Contratação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto no valor de R\$ 18.592,74;
- Contratação de locação de copiadora para reprodução de cópias no valor de R\$ 5.864,00;
- Contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica no valor de R\$ 244.040,36;
- Contratação de serviços de coleta de malotes e postagens de correspondências no valor de R\$ 18.500,00;
- Licenciamento de viaturas no valor de 19.333,52;
- Contratação de serviços de transporte mobiliário por remoção *ex officio* no valor de R\$ 6.257,00;
- Despesas com demais serviços no valor de R\$ 10.683,12.

VIII.1- Natureza de Despesa: 33.90.93 – Indenizações e Restituições

VIII.2- Valores empenhados: R\$ 8.392,71

IX.1- Natureza de Despesa: 33.91.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

IX.2- Valores empenhados: R\$ 20.910,93

IX.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 6.200,00

X.1- Natureza de Despesa: 33.91.92 – Despesas de Exercícios Anteriores

X.2- Valores empenhados: R\$ 2.078,42

XI.1- Natureza de Despesa: 44.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes – R\$ 8.300,00

XI.2- Valores empenhados: R\$ 8.300,00

XI.3- Valores inscritos em Restos a Pagar: R\$ 8.300,00

A execução refere-se a aquisição de material permanente - 20 máquinas fotográficas.

O valor executado no exercício de 2009 é de R\$ 1.472.230,95, sendo que R\$ 227.398,88 ficaram inscritos em Restos a Pagar o que representa aproximadamente 15,45 % do valor executado no exercício.

A execução tem sido impactada pelas constantes repactuações de contratos, justificadas por convenções coletivas de trabalho que aumentam o salário-base das categorias contratadas, além da elevação dos valores dos insumos utilizados durante a realização dos trabalhos. No entanto, o valor disponibilizado à Unidade não acompanha os reajustes de mercado, prejudicando a execução da ação e a contratação de mão de obra terceirizada adequada.

Do recurso previsto para ser aplicado pelo Ministério da Justiça, esta Unidade Jurisdicionada realizou aproximadamente 0,04% do montante alocado para a ação.

b) Principais Problemas:

A ação não exige o atingimento de resultado, ficando prejudicada a avaliação de erros e insucessos.

c) Contratações e Parcerias:

As contratações realizadas na ação são importantes, pois visam garantir a manutenção da Unidade, pois é nela que são executados os serviços como locação de mão-de-obra, água, energia elétrica, manutenção predial, postagens, publicações, diárias e passagens administrativas e aquisição de materiais de expediente. Essas despesas de garantia de funcionamento da área administrativa representam uma das maiores demandas da Unidade.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para o atingimento do objetivo da ação.

2.3.2. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações

PROGRAMA	AÇÃO	Unidade Responsável	Responsável pela Unidade
1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	1835 - Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação	Núcleo de Telemática	Gilberto de Souza Chagas
	200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	Seção Administrativa e Financeira - SAF	Oton Luís Rodrigues de Carvalho
	8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação.	Núcleo de Telemática	Gilberto de Souza Chagas
	8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	Seção Administrativa e Financeira - SAF	Oton Luís Rodrigues de Carvalho
0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais	8703 – Atividade Correicional	Corregedoria Regional	Argeu José Vieira Fritolli Rangel
	4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais	NURAM	Richeli Freitas Barbara
	2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal	NUCAP	Edimar Klein
	8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais	Comissão Regional de Educação para o Trânsito	Cristina Kuster Valentim Fajardo
	2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal	Núcleo de Telemática	Gilberto de Souza Chagas
	4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais	Núcleo de Operações Especiais	Marcelo Anomal Monteiro

	2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	Seção de Policiamento e Fiscalização	Marcos Rogerio de Almeida Aguiar
	4641 – Publicidade de Utilidade Pública	Núcleo de Comunicação Social	Edmar Moreira Camata
	2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal	Núcleo de Inteligencia	Helvio Souza Alves Junior
	2C78 – Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF	Seção de Recursos Humanos	Andréa Cristina Regis Ribeiro Secches
0750 - Apoio Administrativo	2003 – Ações de Informática	Núcleo de Telemática	Gilberto de Souza Chagas
	2000 – Administração da Unidade	Seção Administrativa e Financeira - SAF	Oton Luis Rodrigues de Carvalho

2.3.3. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

A Unidade Jurisdicionada 200126 – 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal é vinculada a Unidade Orçamentária 200109 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal e, portanto, não possui registro contábil dos créditos atribuídos originariamente pela Lei de Orçamento Anual – LOA para o exercício de 2009, mas executou recursos originados do respectivo orçamento.

A seguir ficará demonstrada como seu deu a execução dos recursos orçamentários pela 12ª SRPRF/ES, nos programas e respectivas ações, apontando os percentuais frente a totalidade dos recursos destinados ao DPRF. Tal demonstrativo teve como base apenas o que foi publicado na LOA, não discriminando os créditos adicionais, uma vez que tais informações não foram disponibilizadas a essa Unidade Jurisdicionada.

PROGRAMA	AÇÃO	P / A	UO 30107 – DPRF			UG 200126 – 12ª SRPRF/ES			Execução em relação a LOA
			LOA 2009	PRODUTO	META	EXECUTADO	PRODUTO	META	
1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	1835-Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação	P	1.702.000,00	Sistema implantado	3	40.337,70	Sistema implantado		2,37%
	200G – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	A	200.000,00	Obra Realizada	1	457.755,59	Obra Realizada	Em execução	228,88%
	8698 – Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação	A	17.480.000,00	Sistema mantido (% de manutenção)	83	350.883,84	Sistema mantido (% de manutenção)		2,01%
	8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	A	25.125.000,00	Unidade reformada	328	697.770,88	Unidade reformada	Em execução	2,78%
	TOTAL		44.507.000,00				1.546.748,01		
0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais	8703 – Atividade Correicional	A	1.500.000,00	Processo concluído	857	10.561,01	Processo concluído	26	0,70%
	4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais	A	600.000,00	Pessoa atendida	8.678	9.361,03	Pessoa atendida	697	1,56%
	2524 – Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	A	1.423.566,00	Servidor capacitado	925	42.452,27	Servidor capacitado	222	2,98%
	8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais	A	200.000,00	Pessoa capacitada	40.000	1.884,17	Pessoa capacitada	9166	0,94%
	2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal	A	1.950.000,00	Equipamento mantido	110	936,00	Equipamento mantido	2	0,05%
	4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais	A	850.000,00	Operações realizadas	15	22.186,93	Operações realizadas		2,61%
	2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	A	50.140.000,00	Procedimento realizado	7.452.416	1.175.232,38	Procedimento realizado	113159	2,34%
	86A1 – Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal	A	21.000.000,00	Multa processada	1.118.806	1.211,07	Multa processada	DPRF	0,01%
	4641 – Publicidade de Utilidade Pública	A	211.902,00			3.036,00			1,43%
	2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal	A	621.400,00	Operações realizadas	54	223,38	Operações realizadas	3	0,04%
	2C78 – Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	A	84.761,00	Servidor beneficiado	1.937	1.259,18	Servidor beneficiado	90	1,49%
TOTAL		78.581.629,00				1.288.343,42			
0750 – Apoio	2003 – Ações de Informática	A	UO 30000 – MJ			UG 200126 – 12ª SRPRF/ES			Execução em relação a LOA
			LOA 2009	PRODUTO	META	EXECUTADO	PRODUTO	META	
			35.528.761,00			60.271,44			0,17%

I- Programa 1386

- Objetivo: Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.
- Público-alvo: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
- Indicador: Coeficiente de adequação das Unidades Operacionais

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS		
Indicadores	2008	2009
Percentual de postos adequados fisicamente	48,28%	34,00%
Percentual de postos adequados quanto à tecnologia da informação	66,31%	67,00%
Percentual de postos adequado quanto a viaturas	56,25%	88,00%
Cálculo do coeficiente de adequação de instalações físicas	53,61%	62,85%

O cálculo do Coeficiente de Adequação de Instalações Físicas – CAIF informa um aumento na adequação das instalações físicas das Bases Operacionais e Unidades Administrativas do Órgão, apesar da redução do percentual de postos adequados fisicamente.

Buscando alcançar o objetivo do programa, a Unidade no final do exercício de 2009, realizou Tomada de Preços para a execução de obras de engenharia para ampliações e reformas das cinco bases operacionais distribuídas ao longo das rodovias no Estado do Espírito Santo, obtendo êxito na contratação de serviços para três unidades, cujas execuções serão concluídas no exercício de 2010. Para as demais unidades que compunham a mesma tomada de preços, haverá a republicação do edital de licitação, tendo em vista que seus itens foram considerados desertos, pela falta de interesse dos licitantes.

Além das citadas contratações, a Unidade também promoveu outra Tomada de Preços para a contratação de projetos visando a construção de um edifício sede, tendo em vista que o local onde está instalada a área administrativa está distribuída em duas casas de dois pavimentos, antigas residências dos funcionários do Instituto DNER, acrescidas de alguns galpões, que foram adaptados para funcionamento e acomodação de alguns núcleos, bem como, armazenamento de materiais e documentos, impróprios para tal fim.

II- Programa 0663

- Objetivo: Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito.
- Público-alvo: Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais.
- Indicadores: Taxa de mortalidade nas rodovias federais e Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais

TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES, FERIDOS E MORTOS POR MILHÃO DE VEÍCULOS - 12ª SRPRF/ES					
TIPO	2007	TAXA VARIAÇÃO	2008	TAXA VARIAÇÃO	2009
FROTA NACIONAL	49.228.783		54.506.661		59.361.642
Acidentes	6.261	127,18	6.380	117,05	6.746
Feridos	3.373	68,52	3.486	63,96	3.668
Mortos	219	4,45	208	3,82	221

PORTARIA 030/DG – METAS DA 12ª SRPRF/ES			
INDICADORES	META*	REALIZADO	% ATINGIDA
1. Total de Procedimentos	104.512	113.159	108,27
2. Taxa Variação de Acidentes	115,01	105,75	108,76
3. Taxa de Mortalidade	4,12	3,59	114,78

*Metas definidas após a publicação da Portaria nº 030/DG 01/07/09.

Apesar do aumento dos números estatísticos de acidentes, feridos e mortos, em comparação ao ano de 2008, houve uma progressiva redução da taxa de variação percentual dos eventos em relação ao acréscimo da frota nacional de veículos automotores.

Essa redução se deu em razão do maior investimento em resgate e implementação de convênio com o SAMU/MJ e, principalmente, no combate ao excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas e embriaguez ao volante, uma vez que essas condutas levam a maior gravidade nos acidentes.

Decorreram da repressão às condutas consideradas ilícitos administrativos e penais, acréscimos de prisões por crimes de trânsito na ordem de 41,83% em relação a 2008, assim como no número de veículos fiscalizados, com abordagem de 2.361 automotores a mais, apesar da redução do efetivo policial em decorrência de convocações para atuar no estado do Paraná, por ocasião da retomada de rodovias federais no local. Houve, também significativa elevação na quantidade de fiscalizações eletrônicas e autuações, objetivando combater, principalmente, as velocidades acima do permitido para as vias.

A partir da publicação da Portaria nº 030, de 01/07/2009, do Diretor Geral do DPRF, houve uma definição de metas para Unidade Jurisdicionada com relação a realização de procedimentos de fiscalização, de resultados operacionais, de reduções das taxas de variação de acidentes e mortalidade, tendo em vista que as metas, até então, eram definidas somente para o Órgão Central, impossibilitando uma avaliação mais apurada dos efeitos das ações implementadas.

Conforme se depreende dos resultados obtidos na execução da atividade finalística, principalmente depois do advento da referida portaria, foram conquistados os avanços pretendidos visando o alcance do objetivo do programa, de acordo com a avaliação dos resultados que se seguem.

QUADRO DE METAS OPERACIONAIS - 2009					
Itens	DEL. VIANA	DEL. SERRA	DEL. GUARAPARI	DEL. LINHARES	12ª SRPRF/ES
1. Redução da Gravidade Pontos Críticos Acidentes					
2. Reduzir o Número de Acidentes					
3. Reduzir o Número de Vítimas					
4. Reduzir o Número de Mortes					
5. Realizar uma Operação Grau Zero/Mês					

6. Realizar Quatro Operações Programadas/Mês					
7. Realizar uma Operação de Produtos Perigosos/Mês					
8. Aumentar em 10% o número de pessoas detidas					
9. Aumentar em 10% o número de veículos recuperados					
10. Aumentar em 10% o número de armas de fogo apreendidas					
* Metas Cumpridas (%)	90%	50%	50%	60%	60%
* Menor 50%= Vermelho // Entre 50% e 70% = Amarelo // Maior 70% = Verde					

METAS DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO - PORTARIA Nº 30/ 2009					
PROCEDIMENTOS	METAS				
	DEL. VIANA	DEL. SERRA	DEL. GUARAPARI	DEL. LINHARES	12ª SRPRF/ES
1. Veículos Fiscalizados	15.859	15.202	12.014	13.180	57.373
2. Pessoas Fiscalizadas	10.007	9.229	10.719	11.455	42.538
3. Testes de Etilômetro	7.517	2.715	2.492	1.199	13.940
Total de Procedimentos	33.383	27.146	24.639	25.834	113.159
Meta Anual	28.260	27.600	22.740	26.220	104.512
** Metas Cumpridas (%)	118,1	98,4	108,4	98,5	108,27
** Meta Não Cumprida = Vermelho // Meta Cumprida = Verde					

OCORRÊNCIAS	2008	2009	%
Pessoas Detidas	1032	1266	22,67
Armas de Fogo	77	64	- 16,88
Veículos Recuperados	97	118	21,65

2.4. Desempenho Operacional

2.4.1. Evolução das receitas e despesas

Os valores das despesas informados referem-se aos grupos 3 - Outras Despesas Correntes e 4 - Investimento.

Exercício	2006	2007	2008	2009
Outras despesas correntes	2.833.311,35	3.560.391,62	2.916.695,78	3.301.020,95

Investimento	245.335,01	321.667,92	398.325,72	1.139.155,46
Total Despesas	3.078.646,36	3.882.059,54	3.315.021,50	4.440.176,41

Da evolução das despesas realizadas pela Unidade Jurisdicionada, tem-se que houve uma redução de 17,11% dos valores executados no exercício 2008 em relação a 2007, enquanto que no exercício 2009 houve um acréscimo de 25,34% em relação ao ano de 2008 e de 12,57% quando comparado a 2007.

Ocorre que no exercício de 2007, o maior impacto nas despesas decorreu de convocações voltadas para cobertura dos Jogos Pan Americanos, ao passo que em 2009, as despesas de maior vulto estão atreladas a investimentos. Demonstra-se, também, que as Outras Despesas Correntes decresceram na comparação entre os mesmos exercícios.

Relativamente a evolução das receitas, não pertine a Unidade Jurisdicionada tal análise, uma vez que o tema é de responsabilidade da Unidade Central (200109), que figura na LOA.

2.5. Programação Orçamentária

<i>Denominação das Unidades Orçamentárias</i>	<i>Código da UO</i>	<i>Código SIAFI da UGO</i>
Departamento de Polícia Rodoviária Federal / MJ	30107	200109

As informações relativas a Programação Orçamentária devem ser apresentadas apenas pela Unidade Orçamentária (200109) que possui créditos atribuídos originariamente pela LOA, conforme estipulado na Portaria-TCU nº 389, de 21 de dezembro de 2009.

2.5.1. Execução Orçamentária

2.5.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

<i>Modalidade de Contratação</i>	<i>Despesa Empenhada</i>		<i>Despesa Liquidada</i>	
	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>
Licitação	2.394.011,26	3.463.238,47	2.394.011,26	3.463.238,47
Convite	14.574,83	0,00	14.574,83	0,00
Tomada de Preços	304.127,64	1.153.026,47	304.127,64	1.153.026,47
Concorrência	543.377,23	0,00	543.377,23	0,00
Pregão	1.531.931,56	2.310.212,00	1.531.931,56	2.310.212,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	409.331,69	356.151,38	409.331,69	356.151,38
Dispensa	328.066,52	29.877,84	328.066,52	29.877,84
Inexigibilidade	81.265,17	326.273,54	81.265,17	326.273,54
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	6.990,84	8.417,09	6.990,84	8.417,09
Pagamento de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	190.528,67	506.109,47	190.528,67	506.109,47
Outros	355.962,56	141.203,51	355.962,56	141.203,51

2.5.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	41.803,52	34.943,51	41.803,52	34.943,51	0,00	0,00	41.803,52	34.943,51
08 – Outros Benefícios Assistências	41.803,52	34.943,51	41.803,52	34.943,51	0,00	0,00	41.803,52	34.943,51
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	2.916.695,78	3.301.020,95	2.344.065,22	2.777.434,85	572.630,56	523.586,10	2.344.065,22	2.758.406,18
14 – Diárias – Pessoal Civil	190.528,67	506.109,47	190.528,67	506.109,47	0,00	0,00	190.528,67	506.109,47
30 – Mat. Consumo	605.619,06	897.520,11	375.186,81	760.210,25	230.432,25	137.309,86	375.186,81	744.790,25
33 – Passagens e Despesas com Locomoção	60.323,99	41.886,68	60.323,99	36.592,37	0,00	5.294,31	60.323,99	36.592,37
37 – Locação Mão-de-Obra	932.964,77	905.309,35	885.564,13	770.255,31	47.400,64	135.054,04	885.564,13	767.134,56
39 – Outros Serv. Terceiros PJ	1.074.493,10	938.499,05	779.695,43	692.571,16	294.797,67	245.927,89	779.695,43	692.083,24
92 – Despesas Exercícios Anteriores	46.787,34	3.303,58	46.787,34	3.303,58	0,00	0,00	46.787,34	3.303,58
93 – Indenizações e Restituições	5.978,85	8.392,71	5.978,85	8.392,71	0,00	0,00	5.978,85	8.392,71

OBS: A Diferença entre a despesa liquidada e valores pagos, refere-se a valores inscritos em restos a pagar processados

2.5.1.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. Passagens	80.443,05	60.323,99	36.592,37
2. Diárias e ressarcimento de despesas em viagens	501.468,47	190.528,67	506.109,47
3. Serviços terceirizados			
3.1. Publicidade	0,00	0,00	0,00
3.2. Apoio Administrativo	389.475,55	184.766,34	286.897,08
3.3. Limpeza e Conservação	252.900,63	218.483,47	105.472,24
3.4. Vigilância	480.806,58	481.946,67	347.765,24
3.5. Tecnologia da informação	0,00	0,00	0,00
3.6. Outras Terceirizações	733.694,23	764.972,76	673.507,86
4. Cartão de pagamento do Governo Federal	5.090,04	6.990,84	8.213,05
5. Suprimento de fundos	5.035,50	6.990,84	8.417,09
TOTAIS	2.448.914,05	1.915.003,58	1.972.974,40

A diferença entre Cartão de Pagamento e Suprimento de fundos no exercício de 2007, refere-se a devolução por GRU de valores sacados. Já no exercício de 2009 houve faturamento para pagamento em janeiro de 2010.

2.5.1.4. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	398.325,72	1.139.155,46	27.417,33	42.937,70	370.908,39	1.096.217,76	27.417,33	42.937,70
51 – Obras e Instalações	141.205,94	1.015.926,76	14.574,83	0,00	126.631,11	1.015.926,76	14.574,83	0,00
52 – Equipamentos e Mat. Permanente	257.119,78	123.228,70	12.842,50	42.937,70	244.277,28	80.291,00	12.842,50	42.937,70
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2.5.1.5. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ :

- Alterações significativas ocorridas no exercício:

No Grupo de Despesa 3 ocorreram acréscimos de diárias decorrentes de convocação de policiais para atuação no estado do Paraná, por ocasião da retomada de rodovias federais no local.

No Grupo de Despesas 4 ocorreram acréscimos significativos em decorrência das contratações de ampliações e reformas de três bases operacionais e da contratação de projetos para a construção do edifício sede.

- Contingenciamento no exercício:

Análise a critério da Unidade Orçamentária 200109.

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Não comentado.

- Outras questões relevantes :

Não comentado.

2.5.2. Execução Orçamentária por Programa de Governo

2.5.2.1. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1386		Denominação: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
0,00	0,00	1.546.748,01	302.566,61	1.244.181,40	302.556,61	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Coefficiente de Adequação das Unidades Operacionais	02/01/07	56,12	80	xxx	62,85%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não informado dados a ser fornecido pela Unidade Central 200109 (índices de referencia extraídos do PPA 2008/2011)						
Análise do Resultado Alcançado:						
Análise prejudicada não foi informado pela Unidade Central 200109 o índice da Unidade Jurisdicionada 200126						

2.5.2.2. Análise Crítica da execução orçamentárias por programa de governo:

200G – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da PRF

Grande parte dos imóveis do DPRF são provenientes do antigo DNER. Não oferecem a estrutura adequada ao desempenho da atividade policial, quando, por vezes, não oferecem sequer condições de segurança aos seus usuários.

O exíguo valor alocado nesta ação foi um óbice a obtenção de resultados expressivos. Os esforços foram voltados para a construção de poucos postos, em locais cujas instalações encontravam-se profundamente comprometidas.

Nesta ação, destaca-se a concessão de emenda voltada para a construção da Sedes da 12ª Superintendência Regional.

8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da PRF

Voltada para a adequação do imóveis da PRF, a ação de reforma de bases operacionais foi contemplada com uma emenda de 20 milhões de reais para o exercício de 2009. Dando continuidade ao projeto iniciado no exercício anterior, muitas reformas puderam ser executadas. Entretanto, com o contingenciamento do limite disponibilizado ao Órgão, grande parte do valor da emenda não pode ser utilizado.

Assim, os postos que conferem identidade visual a PRF e são verdadeiras unidades de atendimento ao cidadão, permanecem sucateados, oferecendo péssimas condições de trabalho aos policiais.

8698 – Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

1835 – Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação

As ações voltadas para a tecnologia da informação (Manutenção e Modernização dos Sistemas de TI, Implantação de Sistemas de TI e Ações de Informática) tiveram bons índices de execução. Voltadas para a renovação do parque tecnológico, comunicação e aquisição de novas tecnologias que auxiliam as atividades administrativas e finalísticas do DPRF, essas ações tiveram de ser suplementadas para suprir as demandas do Órgão.

- Contigenciamento no exercício:

Análise a critério da Unidade Orçamentária 200109.

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Não comentado.

- Outras questões relevantes :

Não comentado.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0663		Denominação: Segurança Pública nas Rodovias Federais				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
0,00	0,00	1.268.343,42	1.220.690,98	47.652,44	1.220.690,98	
Informações sobre os resultados alcançados						
Or de m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Sensação de Segurança (%)	01/01/07	65	80	xxx	xxx
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não informado dados a ser fornecido pela Unidade Central 200109 (índices de referencia extraídos do PPA 2008/2011)						
Análise do Resultado Alcançado:						
Análise prejudicada não foi informado pela Unidade Central 200109 o índice da Unidade Jurisdicionada 200126						
Or de m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (unidade)	02/01/07	1,51	1,35	4,12	3,59
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Morte por milhão de veículos (índices de referencia extraídos do PPA 2008/2011)						
Análise do Resultado Alcançado:						
Apesar do índice da Unidade Jurisdicionada 200126, está acima do índice de referência do PPA 2008/2011, esta Unidade reduziu 8,76% acima da meta estabelecida para o exercício. Embora houve uma redução significativa de recursos humanos em face da convocação de policiais para reforço de policiamento no estado do Paraná (Operação Galha Azul)						
Or de m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias	02/01/07	27,2	25,5	115,01	105,75

	Federais (unidade)					
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Acidente por milhão de veículos (índices de referência extraídos do PPA 2008/2011)						
Análise do Resultado Alcançado:						
Apesar do índice da Unidade Jurisdicionada 200126, está acima do índice de referência do PPA 2008/2011, esta Unidade reduziu 5,75% acima da meta estabelecida para o exercício. Embora houve uma redução significativa de recursos humanos em face da convocação de policiais para reforço de policiamento no estado do Paraná (Operação Galha Azul)						

2. Análise Crítica da execução orçamentárias por programa de governo:

Durante o exercício de 2009 a execução orçamentária das ações que compõem o programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, demonstra a necessidade de um aporte maior de recursos para o desempenho das atividades finalísticas do DPRF/MJ.

A realização das Operações Especiais de Combate ao Crime, Inteligência, Corregedoria e Capacitação de Servidores utilizaram quase a totalidade dos recursos que lhes foram disponibilizados. Em alguns casos os objetivos traçados no planejamento não puderam ser atingidos em decorrência do bloqueio orçamentário imposto ao Órgão.

Merecem destaque especial e uma análise pormenorizada as ações de Policiamento e Processamento e Arrecadação de Multas.

2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Os valores alocados na ação, destinados ao atendimento de despesas garantidoras das atividades finalísticas da PRF (diárias, combustível, manutenção de viaturas e aquisição e manutenção de equipamentos para policiamento) tiveram de ser revistos para que houvesse crédito suficiente para custear o deslocamento, bem como a manutenção (pagamento de diárias) de um grande número de policiais no estado do Paraná por ocasião da retomada de rodovias federais no local.

Como consequência algumas aquisições planejadas nesta ação foram frustradas (material de sinalização, uniforme, equipamentos para policiamento).

Não obstante à redução dos valores destinados as aquisições e serviços fundamentais ao policiamento, durante o exercício de 2009 o aumento do valor das diárias também impactou de forma determinante a execução do orçamento.

Alerta-se para a necessidade da ampliação do limite orçamentário do DPRF que já a alguns exercícios não corresponde as suas reais necessidades.

As ações de Monitoramento, Acompanhamento Psicossocial, Atividades de Saúde, Publicidade de Utilidade Pública e Educação para o Trânsito não puderam ter seu orçamento executado na totalidade, frustrando seus planejamentos, pela concessão insuficiente de limite. Essas ações foram revistas e tiveram parte de seu valor destinados a outras ações.

- Contigenciamento no exercício:

Análise a critério da Unidade Orçamentária 200109.

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Não comentado.

- Outras questões relevantes :

Não comentado.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
0,00	0,00	1.532.502,39	1.259.812,56	272.689,83	1.256.203,89	
Informações sobre os resultados alcançados						
Or de m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não se aplica					
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Programa padronizado, comum a toda a Administração, utilizado para apropriar as despesas não relacionadas a programas finalísticos ou ações orçamentárias específicas, não possuindo índice de mensuração de resultado.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Registra decréscimo na execução das despesas do grupo 3 - Outras Despesas Correntes em comparação aos exercícios anteriores, prejudicando a manutenção da Unidade Jurisdicionada.						

2. Análise Crítica da execução orçamentárias por programa de governo:

É nesta ação onde são executados os serviços como a locação de mão-de-obra, água, energia elétrica, manutenção predial, postagens, publicações, diárias e passagens administrativas e aquisição de materiais de expediente. Essas despesas de garantia de funcionamento da área administrativa representam uma das maiores demandas do órgão.

A execução tem sido impactada pelas constantes repactuações de contratos, justificadas por convenções coletivas de trabalho que aumentam o salário-base das categorias contratadas, além da elevação dos valores dos insumos utilizados durante a realização dos trabalhos. No entanto, o valor disponibilizado ao órgão não acompanha os reajustes de mercado, fazendo com que a ação seja objeto de constantes solicitações de suplementação. Por vezes a prestação de alguns dos serviços e aquisições citadas ficam comprometidas por insuficiência orçamentária. As unidades regionais ficam impossibilitadas de contratar a mão-de-obra adequada pela ausência de recursos.

Ressalta-se que durante o exercício de 2009, com o aumento do valor das diárias dos servidores do poder executivo, a execução da ação ficou ainda mais comprometida.

- Contingenciamento no exercício:

Análise a critério da Unidade Orçamentária 200109.

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Não comentado.

- Outras questões relevantes :

Não comentado.

2.5.3. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada Em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada Em 2010
6	183	1386	1835	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	Meta consignada na LOA para Unidade Orçamentária 200109	em execução	Meta consignada na LOA para Unidade Orçamentária 200109		40.337,70	Meta consignada na LOA para Unidade Orçamentária 200109
6	181	1386	200G	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade					457.755,59	
6	181	1386	8698	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	% de manutenção					350.883,84	
6	181	1386	8623	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade					697.770,88	
6	181	663	8703	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade				26	10.561,01	
6	181	663	4290	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade				697	9.361,03	
6	128	663	2524	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade				222	42.452,27	
6	452	663	8692	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade				9166	1.884,17	
6	181	663	2B11	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade				2	936,00	
6	181	663	4526	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade				18	22.186,93	
6	181	663	2723	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade				113159	1.175.232,38	
6	181	663	86A1	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade				DPRF	1.211,07	
6	181	663	4641	Atividade	4 – Nenhuma prioridade						3.036,00	
6	183	663	2816	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade				3	223,38	
6	303	663	2C78	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade				90	1.259,18	
6	122	750	2003	Atividade	4 – Nenhuma prioridade						60.271,44	
6	122	750	2000	Atividade	4 – Nenhuma prioridade			1.472.230,95				

2.5.3.1. Análise Crítica da Execução Física das ações realizadas pela UJ:

A análise crítica da execução física fica prejudicada uma vez que a Unidade Jurisdicionada não está contemplada na LOA, as metas estão definidas apenas para a Unidade Orçamentária e que a execução das atividades estão vinculadas a liberação de recursos pelo Órgão Central.

2.6. Indicadores Institucionais:

- Utilidade:

Definição de indicadores para tomadas de decisão gerencial que afete a Unidade Jurisdicionada são informadas pela Unidade Orçamentária (200109).

- Mensurabilidade:

Medição de produtos, serviços e resultados alcançados são repassados à Unidade Orçamentária, que é a responsável em definir os indicadores institucionais, por meio de metodologia voltada a mensurar a viabilidade efetiva desse indicadores.

3. Recursos Humanos

3.1. Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009		
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada
Estatutários		
Próprios	240	
Requisitados	-	
Celetistas	-	
Cargos de livre provimento	-	
Estatutários	-	
Não Estatutários	-	
Terceirizados		
Total	240	

3.1.1. Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	276							
2008	264							
2009	240							
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	0							
2008	0							
2009	0							
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	1							
2008	0							
2009	0							
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	0							
2008	0							
2009	0							
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	0							
2008	0							
2009	0							
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo R\$	Qtd.	Custo R\$	Qtd.	Custo R\$	Qtd.	Custo R\$
2007	37	733.707,21	21	432.000,00	0	0	6	39.051,27
2008	38	734.948,43	15	198.016,34	0	0	32	3.698,34
2009	33	587.241,15	19	318.068,20	0	0	32	4.352,37

1- O Contrato Administrativo nº 12/2008 (Limpeza e conservação) foi rescindido em 09/05/2009. Não houve prestação de serviços de 09/05/2009 a 24/06/2009.

2- No período de 1/7/2009 a 25/7/2009 não houve prestação de serviços de vigilância.

3- Rescisão do Contrato Administrativo nº 13/2007 (Apoio Administrativo) em 11/10/2008. No período de 11/10/2008 a 10/12/2008 não houve prestação de serviços.

4- No Contrato Administrativo nº 17/2008 (Apoio Administrativo) a partir de 10/12/2009 houve a redução da prestação dos serviços de recepcionista de 14 para 7 postos.

5- Os custos com contratação de estagiários nos exercícios de 2008 e 2009 referem-se a reembolso de despesas administrativas na forma da Portaria MPOG nº 313, de 2007.

3.2. Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Não aplicado a Unidade Jurisdicionado, pois não possui contrato de terceirização de área-fim, visto que as atividades são de finalidade específica na área de segurança pública.

3.3. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo

O controle de frequência é informado que a incidência de registros de faltas não justificadas é irrelevante, sem causar danos ao desempenho funcional do Órgão.

Quanto as ausências ao trabalho relacionadas a atestados médicos, relativamente ao quantitativo de servidores ativos e a incidência dos atestados, constata-se que os registros estão dentro da normalidade.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

No exercício de 2009, ocorreu o registro de 01 (um) servidor vitimado por acidente de trabalho e a Unidade adotou todas as providências legais no caso.

- Perfil Etário

Considerando que a Unidade não possui dados estatísticos sobre o perfil etário de seus servidores, estima-se a média de idade em 35 (trinta e cinco) anos.

- Rotatividade (turnover)

Levando-se em conta a condição de servidores ativos, praticamente inexistente a rotatividade de servidores.

- Formação Acadêmica

Segundo pesquisa realizada nos assentamentos dos servidores, estima-se que em 83% (oitenta e três por cento) do quantitativo de servidores possuem formação acadêmica.

- Educação Continuada

Diversos cursos de capacitação e atualização têm sido ministrados para os servidores da Unidade. Esses cursos são oferecidos pelo Órgão Central em conjunto com a Unidade.

- Satisfação e Motivação

Não existe metodologia implantada para avaliação de satisfação e motivação na Unidade.

- Disciplina

Foram aplicadas e registradas nas fichas funcionais dos servidores da Unidade seis punições administrativas.

- Desempenho funcional

As avaliações mensais dos servidores ocupantes do cargo de Policial Rodoviário Federal, as avaliações dos servidores administrativos para recebimento da GDATPRF e as avaliações anuais de progressão funcional, apresentam que o desempenho funcional dos servidores da Unidade está dentro dos parâmetros de normalidade.

- Níveis Salariais

As tabelas salariais variam de acordo com a classe padrão e o cargo ocupado pelos servidores.

- Demandas Trabalhistas

Demandas trabalhistas decorem, tão somente, de ações ajuizadas por funcionários terceirizadas, fato que não chegou ao conhecimento da Unidade no exercício de 2009. Demais demandas ficam a cargo dos órgãos com capacidade postulatória para representar a União.

- Outros

Sem registros relevantes.

3.4. Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos

- Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional:

Embasados em diversas pesquisas realizadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, afirma-se que o quantitativo de servidores nas áreas meio e fim está defasado, fato que pode atrapalhar o desempenho na missão organizacional do Órgão.

Considerando a demanda atual, pode-se considerar como ideal para a adequação quantitativa e qualitativa da 12ª SRPRF – ES, os seguintes números:

SERVIDORES PARA A ÁREA FIM		SERVIDORES PARA A ÁREA MEIO	
Quadro Atual	206	Quadro Atual	34
Quadro Ideal	320	Quadro Ideal	80

- Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim:

Em razão da defasagem de servidores mencionada no item anterior, atualmente a Unidade está obrigada a remanejar servidores da área fim para a meio, causando uma sobrecarga na primeira, já que é a área mais deficitária do DPRF. Com a admissão do número de servidores constante no quadro acima, ficará resolvida definitivamente a questão.

- Desempenho funcional dos servidores e funcionários:

O desempenho funcional é avaliado anualmente por meio dos critérios definidos em normas e regulamentos.

- Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado:

Já informada a necessidade da admissão de novos servidores, tanto para área meio quanto para a área fim. Já em relação ao trabalho terceirizado, excluindo as áreas de vigilância e limpeza, o mesmo se torna desnecessário com a admissão de novos servidores.

- Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo:

A renovação acontece naturalmente com a admissão de novos servidores e a aposentadoria dos atuais.

- Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos:

Existe plano de metodologia de capacitação continuada voltada para a área finalística e intensificação de capacitação da área administrativa.

- Efeitos dos Planos demissionais:

Não existem atualmente planos demissionais no serviço público federal.

- Impactos da terceirização na produtividade da UJ:

Os postos terceirizados contribuem nas atividades administrativas meio de forma a diminuir a grande carência de servidores, inclusive administrativos.

- Política remuneratória da UJ:

Quesito já respondido no quadro anterior no item “níveis salariais”.

- Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado à UJ:

A evolução do passivo trabalhista está diretamente relacionada a concessão de reajustes e vantagens por parte do Governo Federal.

- Cumprimento do cronograma e medidas adotadas pelo órgão ministerial supervisor para substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da administração pública:

Houve o cumprimento fiel das determinações para redução do quadro de terceirizados na Unidade, suprimindo em 50% (cinquenta por cento) o número de postos contratados para a função de recepcionista, em atendimento ao contido em Termo de Conciliação Judicial firmado no processo nº 00810-2006-017-10-00-7.

4. Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	0	0	0	0
2007	0	0	0	0
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	943.538,95	162.946,58	720.550,91	60.041,46
2007	734.636,58	80.301,82	574.564,71	79.770,05
...				

4.1. Análise Crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios :

- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de 2009, decorrentes do pagamento de RP nesse exercício:

A princípio não houve impacto na execução financeira do exercício de 2009, visto que a inscrição de restos a pagar é decorrente de obrigações contatuais de manutenção da unidade, aquisições realizadas no final do exercício, tais como, viaturas, materiais de sinalização de rodovias, uniforme e contratações para execução no exercício seguinte que foram obras e reforma.

- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro:

O saldo existente do exercício 2007 refere-se a valores de faturas a pagar a Empresa Brasileira de Telecomunicação, decorrente de serviço de telefonia e transmissão de dados, que foram contestados e, até o presente momento, não houve manifestação da contestação dos valores faturados indevidamente.

O saldo do exercício de 2008 é decorrente de pendências de faturas dos serviços de telefonia e transmissão de dados. Os demais valores referem-se a glosa na prestação de serviços de limpeza e conservação, que estão sendo discutidos em juízo, bem como saldo de empenho relativo a reforma de base unidade administrativa que está em fase de recebimento definitivo.

- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2008 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto:

Não há registro

- Os eventos negativos e/ou positivos que prejudicaram e/ou facilitaram a gestão de RP:

Não comentado pela Unidade Jurisdicionada.

- Outras questões relevantes:

Não comentado pela Unidade Jurisdicionada.

5. Transferências

Não aplicado a Unidade de Jurisdicionado 200126.

6. Deliberações dos Órgãos de Controle

6.1. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

No exercício de 2009 a Unidade Jurisdicionada não recebeu nenhuma recomendação.

6.2. Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

No exercício de 2009 a Unidade Jurisdicionada não recebeu nenhuma recomendação.

7. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.

7.1. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTROS NO SISAC Quantidade
Admissão	0	0
Desligamento *	3	3
Aposentadoria	18	18
Pensão **	7	7

* - 03 (três) registros de desligamento sendo, 02 (dois) por vacância e 01 (um) em decorrência de óbito em atividade.

** - 07 (SETE) CONCESSÕES DE PENSÃO, SENDO, 04 (QUATRO) VITALÍCIA E 03 (TRÊS) TEMPORÁRIAS.

8. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Declaro que as informações referentes aos contratos administrativos e convênio firmados com o Centro de Integração Empresa Escola do Espírito Santo, referentes ao exercício de 2009, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Em 31 de março de 2010.

Oton Luís Rodrigues de Carvalho

B- Informações Contábeis da Gestão

1. Declaração do contador responsável

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
12ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/ES			200126
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; ➤ O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e ➤ A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	04 de março de 2010
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7